

Reflexos, Silêncios, Fantasmas: Do Arquivo como Norma ao Arquivo como Problema na História

Reflections, Silences, Ghosts: From the Archive as a Norm to the Archive as a Problem in History

Nuno Mota¹

«[The archivist] will almost certainly make from time to time interesting [historical] discoveries and must sometimes be allowed the pleasure of following them up, in off hours, himself.»

Sir Hilary Jenkinson, 1948

«É fácil congelar uma ideia do passado e ficarmos por aí. Mas é mais interessante revisitar esse passado criativamente, refletindo [sobre] como chegámos a esta realidade que nos circunda hoje.»

Robert '3D' Del Naja, 2019²

Resumo

Desde sensivelmente a transição para o século presente que se assiste a uma valorização teórica, epistemológica e cultural do arquivo, que o tem colocado no centro de um debate que mobiliza várias disciplinas no seio das ciências sociais e humanas. Esse desenvolvimento contraria uma representação, apesar de tudo ainda não superada, do arquivo como um objeto inquestionado e naturalizado numa ordem de preocupações principalmente operatórias. Neste ensaio procede-se a uma incursão num *corpus* bibliográfico crescente e

¹ Licenciado em Sociologia pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, tem mestrado curricular em Sociologia e Economia Históricas pela mesma Faculdade e pós-graduação em Ciências Documentais pela Universidade da Madeira. Desempenha desde 2006 funções de arquivista no Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira, onde tem coordenado projetos de descrição e tratamento documental de arquivos históricos e produzido investigação diversa em articulação com esses projetos arquivísticos. Tem atualmente como principais interesses de pesquisa a memória social e a história dos arquivos e das práticas mnemónicas. Contacto: nuno.mota@madeira.gov.pt.

² JENKINSON, 1948, citado por NESMITH, 2002, «Seeing Archives: Postmodernism and the Changing Intellectual Place of Archives», p. 28; BELANCIANO, 2019, «Massive Attack: 'Este espectáculo é como uma ópera destes tempos de incerteza'», entrevista a Robert Del Naja.

pluridisciplinar que problematiza o conceito de arquivo e os próprios arquivos e conduz a uma reinterpretação da relação destes com a sua envolvente socio-histórica. Uma incursão em que, por via da exploração de temas como memória, poder e usos sociais e políticos do arquivo, são valorizados contributos que permitam um novo enfoque sobre a história dos arquivos e uma valorização da sua historicidade específica. Numa perspetiva de integração das problemáticas do arquivo e da memória coletiva, é sugerida a utilidade do estudo dos arquivos para uma sociologia histórica das práticas mnemónicas.

Palavras-chave: Conceito de Arquivo; História dos Arquivos; Poder; Memória Coletiva; Interdisciplinaridade.

Abstract

Roughly since the transition to the current century, archive's theoretical, epistemological and cultural status has been widely valued, placing the archive at the core of a multidisciplinary debate within the human and social sciences. This development contradicts a secular and nevertheless not yet overcome representation of the archive as an unquestioned object, mainly framed within a practical and applied type of thought and reasoning. In this essay we proceed to an incursion into a growing and multidisciplinary bibliographic corpus that problematizes the archive as a concept and the archives themselves, leading to new perspectives on archives' relation with their socio-historical surroundings. Through the exploration of themes such as memory, power and social and political uses of the archive, this incursion highlights contributions that allow a new focus on the history of the archives and an appreciation of its specific historicity. Looking to the archive and collective memory as two interrelated and commonly grounded problems, the usefulness of the study of archives for a historical sociology of mnemonic practices is suggested.

Keywords: Archive Concept; Archives' History; Power; Collective Memory; Interdisciplinarity.

1. Da Norma ao Problema

Tomemos os discursos sobre o arquivo como um campo narrativo. Como em qualquer campo que se dispõe num plano bidimensional, é possível dividir este espaço – a exemplo do olhar que projetamos sobre um mapa – em várias regiões discursivas. No campo discursivo do arquivo destacam-se, segundo nos parece, duas grandes regiões. Talvez que todas as outras aglomerações dos discursos sobre o arquivo constituam subdivisões destas duas zonas discursivas primaciais. Seja como for, numa tal cartografia discursiva, essa divisão basilar prende-se com a natureza procedimental dos discursos: de um lado uma narrativa procedimental sobre os arquivos; do outro lado uma narrativa não procedimental. A primeira narrativa elege o arquivo como um problema operatório e estrutura o conhecimento dos arquivos como uma técnica. Por isso ela é uma narrativa eminentemente normativa e instrumental, que se tem materializado ao longo da história em manuais, tratados, glossários, normas gerais,

orientações e todo um conjunto de instrumentos que visam a estruturação das práticas arquivísticas nas suas múltiplas facetas. Tomando de empréstimo uma expressão utilizada por Brien Brothman, esse é o domínio de um «pragmatismo instrumentalista secular» dos arquivos³. Já a segunda narrativa reflete sobre o arquivo fora de qualquer preocupação pragmatista imediata; num certo sentido, ela elege o arquivo como um problema em si mesmo.

Alguns exercícios de síntese têm permitido reconstituir o que designamos aqui de narrativa procedimental ou instrumental sobre os arquivos nos seus traços gerais e nos seus marcos históricos mais relevantes. Do tratado *De Re Diplomatica*, de 1681, às propostas de Theodore Schellenberg no âmbito da avaliação documental, em plena conjuntura do pós-II Guerra Mundial, é todo um mesmo espaço narrativo que se desfralda, por muito que esse espaço seja marcado por mais ou menos pronunciadas linhas internas de diferenciação⁴. O isolamento da narrativa procedimental sobre o arquivo é facilitado pelo facto de a mesma se desenvolver num contexto disciplinar relativamente homogéneo (das ciências documentais e da arquivística) e de nesse contexto servir o propósito inequívoco de informar e iluminar os grandes desafios operatórios com que os arquivos se confrontam quotidianamente: *conservar, avaliar, descrever, classificar, comunicar*. Já do lado da narrativa não procedimental sobre os arquivos, não nos esperam semelhantes facilidades. Com efeito, esta é uma região discursiva que é alimentada por uma grande diversidade de áreas do saber e do conhecimento, no quadro da qual o problema e o conceito do arquivo servem propósitos bastante diversos e até inconciliáveis, num cenário de heterogeneidade disciplinar, heurística e metodológica que compromete logo à partida qualquer esforço de síntese. Nesta região discursiva específica, o arquivo é utilizado por autores como Michel Foucault enquanto ferramenta de análise dos mecanismos subjacentes às práticas discursivas, por Pierre Nora enquanto domínio da sacralização da memória, por Jacques Derrida enquanto metáfora da teoria da psique freudiana. Ao conceito de arquivo e à problematização dos arquivos no espaço e no tempo afluem historiadores, antropólogos, sociólogos, geógrafos, filósofos, psicólogos, biólogos, linguistas, artistas; em suma, toda uma diversidade de usos e inquirições, insuscetíveis de reconstituição ou síntese, mas, ainda assim, irmanados, ao menos, pela ausência

³ BROTHMAN, 2010, «Perfect present, perfect gift: finding a place for archival consciousness in social theory», p. 143.

⁴ DURANTI, 1989, «Diplomatics: New Uses for an old Science»; DURANTI, 1989, «The Odyssey of Records Managers»; DUCHEIN, 1992, «The History of European Archives and the Development of the Archival Profession in Europe», pp. 16-20; COOK, 1997, «What is Past is Prologue: A History of Archival Ideas Since 1898, and the Future Paradigm Shift», pp. 20-29; SILVA et al., 2002, *Arquivística*, pp. 45-201.

do propósito imediato de instituir os próprios arquivos e de definir as suas práticas. A exemplo de alguns *topoi* – lembramo-nos de *nação, cultura, língua* – que se distinguiram na história pelo facto de terem gerado uma grande profusão de discursos, o arquivo tem-se afirmado, talvez sobretudo nas últimas duas ou três décadas, como ponto fértil de convergência de um questionamento verdadeiramente multidisciplinar.

Mas estas duas regiões discursivas, como não podia deixar de ser, não são incomunicantes. Vários pontos de contacto – zonas de fluxo, intercâmbio e influência – se estabeleceram entre ambas ao longo da história. Por exemplo, os escritos com que Leopold von Ranke, a partir da década de trinta do século XIX, estabeleceu o estatuto científico da disciplina histórica concernem e envolvem de forma muito direta os arquivos, que passam a ser vistos como laboratórios da história: «o único sítio apropriado para a produção do conhecimento histórico» e condição indispensável da escrita da história, ou garante da sua objetividade e cientificidade⁵. Ora, sem essa produção discursiva sobre os arquivos, emergente no quadro de uma discussão epistemológica particular que remodelou os alicerces da própria disciplina histórica, não teria certamente tido lugar o influente manual arquivístico holandês de Muller, Feith e Fruin, de 1898, que em boa medida corresponde a uma projeção, ao nível da metodologia arquivística, da visão positivista de Ranke acerca da investigação e do conhecimento histórico⁶. Poderíamos facultar outros exemplos destes fluxos e destas trocas, mas não é este o contexto oportuno para tal. Basta-nos por ora salientar que a presente inflação de propostas de problematização e revisitação crítica do conceito de arquivo, formuladas numa ótica não operatória ou estritamente arquivística, não deixa de ter, precisamente, o campo disciplinar dos arquivos como um dos seus principais agentes de dinamização, mesmo que a arquivística não tenha estado na linha da frente desse debate, e frequentemente se encontre omissa das convocatórias para o mesmo⁷.

⁵ ESKILDSEN, 2008, «Leopold Ranke's Archival Turn: Location and Evidence in Modern Historiography», p. 437.

⁶ Cf. KETELAAR, 1996, «Archival Theory and the Dutch Manual»; COOK, 1997, «What is Past is Prologue [...]»; COOK, 2001, «Archival science and postmodernism: new formulations for old concepts», nota 20, pp. 14-15.

⁷ Cf. SCHWARTZ, 2006, «'Having New Eyes': Spaces of Archives, Landscapes of Power», pp. 4-9. Naturalmente, a arquivística jamais poderia ter estado na linha da frente do atual debate pluridisciplinar em torno do arquivo, por razões que se prendem com a posição de subalternidade que as ciências do arquivo ocupam na academia e no campo social do conhecimento, às quais não será certamente alheia uma aparente tendência deste domínio disciplinar para a insulação e para a autorreferenciação (cf. JACOBSEN, PUNZALAN, HEDSTROM, 2013, «Invoking 'collective memory': mapping the emergence of a concept in archival science»). Ainda assim, o modo como algumas das principais publicações científicas internacionais no âmbito dos arquivos se têm inundado de todo um conjunto de tópicos até há pouco tempo arredados da literatura arquivística (pós-modernismo, poder, colonialismo, memória coletiva, história dos arquivos, género, minorias étnicas, etc., etc.), atesta bem a forma perentória com

Mas qual o motivo para esta obsessão pelo arquivo nas humanidades, nas ciências sociais e, por extensão, nas ciências do arquivo? Essa é uma pergunta difícil que, como é natural, não cabe aqui responder de forma minimamente conclusiva. Em todo o caso, gostaríamos de avançar três razões. Em primeiro lugar, o facto de o conceito de arquivo ter sido mobilizado por autores centrais nas ciências sociais e humanas, o que viabilizou a sua ampla circulação na academia e numa diversidade apreciável de fóruns disciplinares e do conhecimento. Referimo-nos, obviamente, a Michel Foucault e, talvez sobretudo, a Jacques Derrida, cujo famoso *Archive Fever*, publicado em 1995, parece constituir a razão imediata para uma boa parte da inflação discursiva em torno do arquivo que se verificou desde então, como, aliás, é amplamente sugerido por diversos autores⁸. Em segundo lugar, uma razão de natureza tecnológica, associada à desmaterialização da produção documental e ao advento da *web*, que por si só terão incentivado a revisitação do conceito de arquivo e apelado à flexibilização dos próprios pressupostos operatórios basilares do conhecimento arquivístico, redefinidos agora numa ótica pós-custodial e sob um enfoque que, talvez de modo suspeito, as ciências do arquivo e da informação se apressaram a designar de «pós-moderno».

Por fim, e na nossa perspectiva mais importantes, razões que talvez possamos designar de culturais, escarpelizadas de forma incisiva por Pierre Nora, e que se prendem com a transformação da experiência social da memória e com o modo como a aceleração contemporânea da história, com toda a sua valorização do novo, da mobilidade e do progresso, conduziu à perda de um sentido coletivo do passado e da memória, ou à desvinculação entre memória e história. Outrora imediatamente disponível, de ampla

que o campo disciplinar dos arquivos aderiu a este novo *archival turn*. Como é óbvio, alguns dos novos discursos sobre o arquivo, produzidos a partir do espaço disciplinar e institucional dos arquivos, não deixam de ostentar, de forma mais ou menos discreta, a finalidade operatória de reformular os próprios arquivos, mas os alicerces de tais discursos marcam claramente uma rutura com uma visão secular da arquivística enquanto ciência aplicada.

⁸ Numa lista de modo algum exaustiva, veja-se: HARRIS, 1997, «Claiming Less, Delivering More: A Critique of Positivist Formulations on Archives in South Africa», p. 134; BROTHMAN, 1998, «Declining Derrida», p. 66; COOK, 2001, «Archival science and postmodernism [...]», pp. 6-7; NESMITH, 2002, «Seeing Archives: Postmodernism and the Changing Intellectual Place of Archives»; SCHWARTZ, 2006, «'Having New Eyes': Spaces of Archives, Landscapes of Power», p. 4; ELIASSEN, 2010, «The Archives of Michel Foucault»; ARVATU, 2011, «Spectres of Freud: The Figure of the Archive in Derrida and Foucault», pp. 142-143; BASTIAN, 2013, «The records of memory, the archives of identity [...]», p. 125. Numa análise de redes aplicada à citação de autores e artigos/monografias nas quatro principais publicações arquivísticas em língua inglesa, em artigos versando a temática da memória coletiva publicados entre 1980 e 2010, *Archive Fever* figura como o artigo mais citado ou influente (JACOBSEN, PUNZALAN, HEDSTROM, 2013, «Invoking 'collective memory' [...]», p. 227 e ss.). Por outro lado, por muito impactante que se tenha afirmado, o contributo de Derrida não deixou de ter sido precedido por outros que elevaram o arquivo a um novo estatuto teórico, pelo que aquando de *Archive Fever* o *archival turn* encontrar-se-ia já em marcha (STOLER, 2002, «Colonial Archives and the Arts of Governance», pp. 92-96; STOLER, 2009, *Along the archival grain: epistemic anxieties and colonial common sense*, pp. 44-46).

circulação em meios sociais e institucionais marcados pela tradição e recuperável numa perceção permanente de continuidade com o presente – por exemplo, por via da valorização das origens pessoais, familiares ou coletivas –, o passado tornou-se distante, exterior e não vivenciado, e a memória fundamentalmente «arquivística», i.e., «inteiramente dependente da materialidade do traço, do carácter imediato do registo, da visibilidade da imagem». É essa, segundo Pierre Nora, a origem «da obsessão com o arquivo que marca a nossa era»⁹. O arquivo desempenharia então, poderíamos nós dizer, uma função quase psicossociológica, de neutralização de uma espécie de efeito de ansiedade inerente à perceção coletiva da fratura entre o presente e o passado.

Se a uma escala global o espaço narrativo e de problematização sobre o arquivo tem prosperado, em Portugal o cenário é bem diferente, permanecendo o arquivo como um objeto largamente indisputado e muito escassamente problematizado fora de uma ordem de preocupações instrumentais tipicamente associadas às ciências do arquivo e da informação¹⁰. Claro, alguma reflexão e investigação criteriosa, produzida com recurso a expedientes metodológicos próprios, tem sido desenvolvida nos últimos anos acerca dos arquivos no âmbito da ciência da informação, sobretudo a partir da Universidade do Porto; mas, em termos gerais, tais contributos, mesmo os de maior substrato teórico, não deixam de lidar com os arquivos fundamentalmente no quadro do que designamos aqui de dimensão procedimental e operatória. Talvez que, acima de tudo, ignorem a historicidade dos arquivos e da própria informação em contexto socio-histórico, e toda a requalificação teórica e epistemológica dos arquivos a que se tem assistido no âmbito da ciência arquivística e fora dela¹¹. Tão-pouco conseguimos vislumbrar que a ciência da informação tenha concretizado em Portugal a promessa de envolver o conhecimento dos arquivos num enfoque interdisciplinar sob o pano de fundo das «ciências sociais»; nem que, postulando-se a informação como «produto resultante [de] condições estruturais (políticas, técnicas,

⁹ NORA, 1989, «Between Memory and History: *Les Lieux de Mémoire*», pp. 11-13.

¹⁰ Um expediente muito simples mas talvez elucidativo permite-nos verificar esta escassez do *tópos* do arquivo no contexto da arquivística e das ciências documentais e da informação em Portugal, designadamente por comparação à frequência do *tópos* da informação: uma pesquisa no repositório em linha da revista *Cadernos BAD* (edições compreendidas entre os anos de 1963 e 2016) devolve-nos 51 artigos com o vocábulo «informação» em título, e apenas dez com o vocábulo «arquivo». Note-se que a revista em causa – órgão da Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas – congrega a maior parte da produção científica portuguesa nesta área, sendo que em maio de 2014 esta publicação canalizava cerca de 60% dos artigos publicados por autores portugueses disponíveis no e-LiS (*e-Prints in Library and Information Science*), o maior repositório internacional em acesso aberto para a ciência da informação (NEVES e FERREIRA, 2014, «Caracterização da produção científica portuguesa em Ciência da Informação», p. 96).

¹¹ ROSA, 2017, «Reconstruindo a produção, documentalização e conservação da informação [...]», pp. 550, 562-566.

económicas, culturais, etc.)» e os arquivos como «sistemas de informação» que têm «a memória» como um dos seus eixos estruturantes, se tenha minimamente concretizado a intenção de encetar um diálogo com ciências como a história, a sociologia ou a economia, entre outras relações interdisciplinares mais ou menos programaticamente anunciadas¹².

Obviamente, essa recusa em abordar o arquivo como um problema – e como um problema na história – é, em si mesmo, um produto da história, tendo antes de mais sido construída e solidificada, em Portugal e não só, no universo dos arquivos históricos e da arquivística tradicional, patrimonialista e custodial, de forte influência positivista. Na génese dessa recusa está, naturalmente, o positivismo do século XIX, com o seu «fetichismo do arquivo» e com a sua «tendência para olhar para os arquivos como repositórios a-problemáticos do facto histórico»¹³. Mas em todo o caso, mesmo que ‘colonizados’ historicamente pela disciplina histórica e por uma certa visão da mesma, são os arquivos e os saberes a eles estritamente associados os primeiros responsáveis pela renúncia a uma reflexão mais diversificada e crítica – se quisermos, humanística – em torno do arquivo. Como afirma Verne Harris, o paradigma positivista dos arquivos apropria estes como «simples, estáveis e incontestados» e como o «produto orgânico e inocente de processos exteriores aos arquivistas», dos quais os arquivos são, precisamente, o reflexo ou a evidência¹⁴. Afinal, os arquivos e os arquivistas sempre se distinguiram pela sua aptidão para impor limites. A metodologia arquivística pode na verdade ser sintetizada como uma «economia restrita» de possibilidades textuais e de significado, como uma modalidade sistemática de contenção do texto e de limitação de possibilidades de interpretação do mesmo. Não é, aliás, por acaso que ela consagrou tão claramente – desde logo através do conceito de proveniência – a ideia de contexto.

¹² RIBEIRO, 1998, «O acesso à informação nos arquivos», pp. 50-51; SILVA et al., 2002, «Arquivística», pp. 31-41. Não estamos em condições de formular um balanço objetivo sobre os níveis de abertura da ciência da informação em Portugal a outras disciplinas, mas julgamos não estar longe da verdade se afirmarmos que, entre nós, a pegada da ciência da informação no âmbito das ciências sociais e humanas é bastante limitada e quase circunscrita a ciências ditas aplicadas. Por exemplo, num artigo recentemente publicado entre nós, de balanço sobre «o paradigma pós-custodial na arquivística», são apontadas relações interdisciplinares da ciência da informação com a arquivologia e a documentação, a museologia, a informática e as ciências da computação, ou o jornalismo e a comunicação (SOARES, PINTO e SILVA, 2015, «O paradigma pós-custodial na arquivística», pp. 33-36). Se o protagonismo que a «Escola do Porto» adquiriu em Portugal conduziu a um enfoque privilegiado dos arquivos a partir da ciência da informação, é certo que essa recente tradição portuguesa é bastante contrastante com uma boa parte da literatura anglo-saxónica sobre arquivos, nomeadamente a que se produz sob a alçada da chamada *archival science*, e que é veiculada em publicações como *Archivaria*, *American Archivist*, *Archives & Manuscripts* ou *Archival Science*.

¹³ WALSHAM, 2016, «The Social History of the Archive: Record-Keeping in Early Modern Europe», p. 9.

¹⁴ HARRIS, 1997, «Claiming Less, Delivering More [...]», p. 133.

Com efeito, o contexto consiste num «instrumento arquivístico e intelectual de ‘controlo’ de conteúdo» que vem responder às necessidades de uma operatória ainda mais fina, por via da qual se *delimitam* espaços de fechamento e fixação da leitura dos próprios documentos¹⁵. Encerrado em unidades mais vastas que lhes concedem a sua significação última, o documento encontra nos seus contextos arquivísticos – também eles suscetíveis de uma descrição arquivística, dita «hierárquica» – a prefiguração da sua leitura, o pano de fundo do fechamento da sua interpretação.

Enfim, enquanto espaço cultural e intelectual especializado no estabelecimento de limites, as ciências do arquivo inevitavelmente subtraíram os arquivos de qualquer espécie de receção crítica ou reflexiva. Precisamente pelos mesmos motivos, esse espaço cultural, produto imediato da visão dos arquivos que resulta do manual holandês de 1898, e que a jovem ciência da informação em Portugal muito prontamente designa de «historicista», tendeu a minimizar o protagonismo histórico dos arquivos e dos processos arquivísticos e a restringir a sua historicidade à sua materialidade estrita¹⁶. No nosso entender, uma e outra coisa são duas faces do mesmo desafio. Não poderemos compreender os arquivos – desde logo na história – sem estabelecermos linhas de confluência com os múltiplos eixos de problematização sobre o arquivo que se têm estruturado recentemente no espaço pluridisciplinar das ciências sociais e humanas, nem sem operarmos um distanciamento efetivo com aquela malha tranquila de conceitos operatórios e dóceis que caracteriza ainda hoje uma grande parte do espaço disciplinar e institucional dos arquivos e da ciência da informação. Ao investirmos nessa confluência com os vários discursos que elegem o arquivo como um problema e ao nos descentrarmos dos discursos que olham para o arquivo na sua normatividade, estamos afinal a fazer justiça a um traço essencial e definidor dos arquivos, i.e., à sua natureza ambivalente e paradoxal. Dito de outro modo, estamos a fazer justiça aos arquivos enquanto *lugares de memória*: «simples e ambíguos, naturais e artificiais, ao mesmo tempo imediatamente disponíveis na experiência sensorial concreta e suscetíveis da mais abstrata elaboração»¹⁷.

Neste ensaio procuraremos, então, efetuar uma incursão no que designamos aqui de narrativa não procedimental sobre o arquivo, num exercício que, no essencial, se poderá considerar de revisão da literatura. Começaremos por nos centrar na exploração do conceito de arquivo empreendida por Jacques Derrida e Michel Foucault (objeto do ponto 2), e, a partir daí, tentaremos percorrer algumas linhas de questionamento

¹⁵ BROTHMAN, 1998, «Declining Derrida», pp. 79-80.

¹⁶ Cf. YALE, 2015, «The History of Archives: The State of the Discipline», p. 336.

¹⁷ NORA, 1989, «Between Memory and History: *Les Lieux de Mémoire*», p. 18.

dos arquivos que, no nosso entender, são abertas por algumas das propostas daqueles dois autores – que, por assim dizer, funcionarão para nós como diretrizes desta nossa incursão. Nos pontos 3 e 4 privilegiaremos o problema da relação dos arquivos com os temas, respetivamente, do poder e da memória coletiva. Em todo este exercício, e de forma mais ou menos explícita, colocaremos a ênfase num aspeto geral que é para nós de primeira importância: a dialética entre os arquivos e as suas envolventes socio-históricas. No edifício narrativo multidisciplinar que aqui nos ocupará, que consubstancia, em boa medida, o que se convencionou designar de novo *archival turn* no quadro das ciências sociais e humanas, figuram inúmeras propostas oriundas do próprio campo disciplinar dos arquivos, designadamente vindas a lume desde o último quartel do século XX¹⁸. Não evitaremos algum centramento nesse campo disciplinar específico, a partir de textos veiculados principalmente em língua inglesa, mas privilegiaremos sobretudo o modo como essa literatura se tem desdobrado num diálogo, que reputamos de fecundo, com outras disciplinas. De resto, e como é natural, esta incursão é, acima de tudo, parcelar e seletiva. O interesse que o arquivo¹⁹ e o seu questionamento e problematização têm suscitado e continuam a suscitar, a partir de quadrantes cada vez mais diversificados, conduziu à acumulação de um *corpus* bibliográfico avassalador. Afinal, já no início do século XVIII Leibniz afirmava que «os arquivos são por vezes desfigurados, defeituosos e enganadores, mas ainda assim constituem o melhor suporte para a História»²⁰. Impossível, portanto, reconstituir um tão vasto e temporalmente dilatado edifício narrativo, em permanente atualização pelo menos nos últimos vinte anos, pelo que a seletividade, e a arbitrariedade que esta acarreta, não são sequer motivo de escolha, mas uma limitação incontornável.

¹⁸ Muitos desses contributos, então verdadeiramente emergentes no campo da arquivística, começaram por ser coligidos em COOK, 1997, «What is Past is Prologue [...]», pp. 30-43; NESMITH, 1999, «Still Fuzzy, But More Accurate [...]», p. 143; COOK, 2001, «Archival Science and Postmodernism [...]»; COOK e SCHWARTZ, 2002, «Archives, Records, and Power [...]».

¹⁹ Ao longo deste artigo utilizaremos abundantemente a palavra *arquivo*, no singular. Com essa flexão, a que inevitavelmente recorreremos, por exemplo, quando se trate de convocar o conceito de arquivo, não queremos necessariamente excluir *os arquivos* na sua concretização institucional, mas designar o campo mais vasto e historicamente amplo das práticas de fixação de informação arquivística, independentemente de as mesmas serem enquadradas por arquivos num sentido institucional estrito. Segundo a terminologia técnica arquivística, na palavra *arquivo* compreendemos simultaneamente os conceitos de *record* e de *archive* (cf. PEARCE-MOSES, *A Glossary of Archival and Records Terminology*, 2005, pp. 29-30, 326-330).

²⁰ LEIBNIZ, 1709, citado por KETELAAR, 2007, «Muniments and monuments [...]», p. 351. Para uma breve resenha de significações e usos primeiros do arquivo no início do período moderno, ver WALSHAM, 2016, «The social history of the archive: record-keeping in early modern Europe», pp. 16-17.

2. Entre o Esquecimento e a Singularidade: Derrida e Foucault

É manifesto que Michel Foucault e, talvez sobretudo, Jacques Derrida são hoje objeto de uma atenção especial pelos saberes do arquivo, figurando os escassos textos que estes autores dedicaram aos arquivos – e sobretudo, como veremos, ao conceito de arquivo – nas referências bibliográficas de dezenas e dezenas de artigos publicados nos periódicos mais relevantes sobre arquivos no espaço global. O facto de a problemática dos arquivos se encontrar em Portugal pouco explorada e de na literatura portuguesa sobre arquivos e informação praticamente não encontrarmos quaisquer alusões a ambos, conduzem-nos a que optemos aqui por convocá-los de um modo um tanto mais demorado. A nossa leitura – aqui também, mais uma vez, inevitavelmente seletiva – passará por resgatar o arquivo em concreto no meio da multiplicidade de implicações das suas propostas, ou por utilizá-las como base para uma análise substancial do arquivo e dos processos de fixação da informação arquivística no quadro socio-histórico.

Começemos por Jacques Derrida e pelo seu *Archive Fever*, ou não fosse este texto, como já assinalámos, um catalisador mais ou menos óbvio de uma renovação, presentemente em curso, de perspetivas sobre o arquivo e de uma atenção dedicada a este a partir de múltiplos prismas disciplinares²¹. Apesar de esta *febre* do arquivo evocar de algum modo a *obsessão* do arquivo de Nora, não é nos domínios específicos da memória histórica que Derrida se posiciona, mas no reduto amplo da própria memória, e tendo em vista um propósito particular que à partida não poderia ser mais estranho à problemática dos arquivos num sentido estrito: a análise da representação freudiana da estrutura psíquica²². E, diga-se, na perspetiva daquela problemática, esta utilização do conceito de arquivo dificilmente se poderá furtar à censura de alguma ambiguidade: por exemplo, ao nível da utilização indistinta do conceito de arquivo para significar quer o *Arkheion* (a casa onde se guardam os documentos) e os documentos em si mesmos, quer os processos da sua constituição. Em todo o caso, não deixam de ser também o arquivo e os arquivos num sentido estrito que estão

²¹ DERRIDA, 1995, «Archive Fever: a Freudian Impression». Este texto, cujo título original é «Mal d'archive: une impression freudienne», resulta de uma conferência proferida por Jacques Derrida em Londres no ano de 1994, cujo título inicial foi «The Concept of the Archive: a Freudian Impression». A conferência foi proferida no âmbito de um colóquio sobre *Memória: a questão dos arquivos*.

²² Será porventura mais correto sugerir que a *obsessão* do arquivo em Nora é, em si mesma, um eco da atenção que o próprio Derrida concedeu, desde finais da década de sessenta, à *obsessão* tipicamente ocidental com «a identificação dos princípios, dos pontos de partida e das origens»; é essa mesma *obsessão*, tão relevante em Freud, que é recuperada enquanto *febre* ou *doença* neste *Archive Fever/Mal d'archive* (STEEDMAN, 2001, «Something She Called a Fever: Michelet, Derrida, and Dust», p. 1161).

nas cogitações do filósofo francês, como aliás sugere o facto de, logo no início do seu percurso, Derrida esclarecer que a desconstrução a que se propõe tem consequências do ponto de vista da «teoria do arquivo» e da sua própria «implementação institucional». A questão da «política do arquivo» é mesmo para si, acrescenta, uma «orientação permanente», o que de resto lhe vale o comentário de que os arquivos são um indicador de democracia: «a democratização efetiva será sempre medida por este critério essencial: a participação no arquivo e o acesso ao arquivo, à sua constituição e à sua interpretação»²³.

A análise que Derrida empreende do arquivo é marcada pela omnipresença do aspeto da dualidade. De certo modo a leitura de *Archive Fever* pode ser vista como uma experiência pendular, como uma visita permanente dos termos contraditórios de toda uma série de oposições que têm no arquivo um espaço de conciliação. A dualidade será mesmo, parece propor Derrida, uma marca distintiva do arquivo. E por isso em termos gerais os arquivos na história podem ser perspetivados como horizontes materiais e institucionais de um equilíbrio necessariamente precário entre todos esses pares de oposições. Diz-nos Derrida: o arquivo é «institutivo e conservador», «revolucionário e tradicional». Ele implica uma exterioridade e uma exteriorização, uma inscrição ou impressão de um conjunto de traços num dado «substrato» (digamos, uma materialização – de informação – num dado suporte), efetuada de acordo com uma «técnica de repetição», que dá corpo e forma ao documento. Essa materialidade técnica do arquivo é o veículo de uma «consignação», ou seja, de «uma reunião de signos», ou de uma *acumulação* de signos, podíamos nós precisar numa concessão à linguagem arquivística aplicada. O arquivo no seu lado positivo e institutivo é isso mesmo, «um poder de consignação», que consubstancia a vertente mnésica e anamnésica dos dispositivos arquivísticos concretos²⁴.

Enquanto espaço de mnese e anamnese, o arquivo é então arena de operações de registo, inscrição, preservação e cristalização da informação e da memória. Mas no arquivo têm lugar também a hipomnese e a amnese. A *hipomnese*, que remete para a precariedade da memória, ou para a insuficiência e fragilidade dos signos externalizados por via dos dispositivos arquivísticos, inscritos na materialidade dos documentos enquanto acontecimentos singulares em si mesmo, e não como reprodução fiel de um qualquer fragmento de realidade. É por essa natureza do documento como acontecimento que os documentos valerão sempre como evidências mais ou menos frágeis dos objetos e dos referentes históricos que designam. O arquivo pode mesmo

²³ DERRIDA, 1995, «Archive Fever: a Freudian Impression», pp. 10-11, nota n.º 1.

²⁴ DERRIDA, 1995, «Archive Fever: a Freudian Impression», pp. 10-14.

ser perspectivado como um dispositivo puramente amnésico, como uma instância de negação e destruição da memória, num sentido que Derrida associa à famosa *pulsão de morte* freudiana, a qual:

«Está em funcionamento, mas uma vez que opera sempre em silêncio, nunca deixa arquivos de si mesma. Destrói antecipadamente o seu próprio arquivo, como se na verdade essa fosse a motivação precisa do seu movimento mais característico. Trabalha *para destruir o arquivo* [...]. Devora-o antes mesmo de produzi-lo no exterior. [...] Será sempre destruidora do arquivo, por vocação silenciosa.»²⁵

Esta passagem, que se nos afigura axial no texto de Derrida, envia-nos, antes de mais, para um eixo importante da história dos arquivos: a destruição documental e a perda de informação, operadas seja por via de eventos pontuais (incêndios, desastres naturais, revoluções, levantamentos populares, eliminação de arquivos por simples incúria e falta de critério patrimonial, etc.), seja por via da exposição contínua dos documentos a agentes ambientais de deterioração, seja, enfim, por via de metodologias controladas de avaliação e seleção documental²⁶. Mas mais importante do que a destruição em si mesma é a «vocação silenciosa» da pulsão que a origina: inerente ao arquivo está a «supressão radical, na verdade a erradicação, de tudo aquilo que não pode ser reduzido à mnese e à anamnese»²⁷. Esta erradicação consiste na exclusão original e constitutiva dos próprios arquivos, sugestiva da avassaladora maioria dos acontecimentos que, na história, permaneceram indocumentados e não inscritos ou materializados num dado suporte constitutivo da memória. Uma supressão ou erradicação que subsiste no próprio movimento de fixação da informação num dado suporte e sem a qual o próprio documento não teria lugar. Afinal, podemos dizer – adaptando uma famosa imagem – que todos os acontecimentos que assumiram alguma vez a forma concreta de um documento não ultrapassam a extensão de um pequeno grão de areia na vastidão incomensurável da história. Impossível expressar esta ideia melhor do que Carolyn Steedman na sua tentativa de, a partir de Derrida, imiscuir-se no verdadeiro pó arquivístico: «There is the great, brown, slow-moving strandless river of Everything, and then there is its tiny flotsam that has ended up in the record

²⁵ DERRIDA, 1995, «Archive Fever: a Freudian Impression», pp. 13-14, itálico no original.

²⁶ As ações recorrentes de violência deliberada contra os arquivos na história configuram uma área de pesquisa sobre os arquivos até ao momento praticamente inexplorada. Ver GEARY, 1994, *Phantoms of Remembrance: Memory and Oblivion at the End of the First Millenium*, particularmente o cap. III («Archival Memory and the Destruction of the Past»); BROWN, 1997, «Death of a Renaissance Record-Keeper: The Murder of Tomasso da Tortona in Ferrara, 1385». Como afirma a historiadora Alexandra Walsham, «os acidentes aparentemente arbitrários de sobrevivência [documental] que ditam o foco e a direção da pesquisa histórica frequentemente consistem no produto de estratégias arquivísticas contemporâneas» (WALSHAM, 2016, «The social history of the archive [...], p. 32»).

²⁷ DERRIDA, 1995, «Archive Fever: a Freudian Impression», p. 14.

office you are working in»²⁸. Em suma, diz-nos Derrida, o arquivo «situa-se no lugar de um colapso original e estrutural da memória», e por isso ele comporta uma «violência do esquecimento», que se traduz numa «pressão excessiva», materializada enquanto «impressão, repressão, supressão»²⁹.

Os últimos dois vocábulos desta tríade – *repressão, supressão* – enviam-nos de uma forma muito direta, como é óbvio, para a prolífica mas também subtil e discreta história dos documentos e dos arquivos enquanto manifestações de poder. Aliás, essa história específica está seguramente no centro do percurso de Derrida, como bem atesta o facto de, na sua alusão à etimologia da palavra «arquivo», se detetar na raiz grega *Arkhe* a coordenação de dois princípios: do *começo* (o arquivo como lugar onde «as coisas *começam*») mas também do *comando* (o arquivo como lugar do exercício da «autoridade e da ordem social») ³⁰. Em todo o caso, essa história particular e fundamentalmente social e política dos documentos e dos arquivos – em que mais adiante nos tentaremos deter um pouco – não passa de uma instância de um aspeto mais geral que aos mesmos concerne na sua condição de manifestações da escrita e da linguagem: o facto de o significado não se encontrar encerrado nos signos em si mesmos, mas resultar do modo como estes se diferenciam mutuamente num sistema linguístico estruturado ³¹. Com efeito, e como se poderia dizer no preâmbulo de uma qualquer análise estruturalista, o significado de uma palavra estabelece-se sempre por relação e diferenciação relativamente a outras palavras. É por essa razão primordial que os signos arquivísticos – como quaisquer outros signos – são «meros ‘traços’», e é por serem traços (imagem cara a Derrida) que implicam tanto uma presença quanto uma ausência: o que quer que seja representado num documento de arquivo implica por necessidade uma incompletude e uma parcelaridade; há nele algo que «é sempre posto de parte, deixado para trás»³². Ou seja, o facto de a história dos arquivos se encontrar impregnada de vazios e silêncios está logo à partida inscrito na própria natureza da escrita e da linguagem.

Para a mundividência clássica e positivista dos arquivos e da história, estas elaborações de Jacques Derrida contêm implicações marcantes, sendo eventualmente a mais significativa de todas o facto de não ser possível estabelecer em rigor a proveniência de um documento de arquivo. Se os documentos são também caracterizados

²⁸ STEEDMAN, 2001, «Something She Called a Fever: Michelet, Derrida, and Dust», p. 1165.

²⁹ DERRIDA, 1995, «Archive Fever: a Freudian Impression», pp. 50-51.

³⁰ DERRIDA, 1995, «Archive Fever: a Freudian Impression», p. 9.

³¹ BROTHMAN, 1998, «Declining Derrida», pp. 70-71.

³² BROTHMAN, 1998, «Declining Derrida», p. 71.

por aquilo que neles é ausente, então o contexto de produção de um determinado documento não é medida suficiente da sua origem. Derrida faculta-nos uma ferramenta adicional para a construção dessa implicação: a noção de intertextualidade. Com efeito, os textos, quaisquer textos, e, por conseguinte, também os documentos de arquivo enquanto repositórios textuais, possuem uma «energia excessiva» que é impossível conter, são o produto de uma abundância indisciplinada de ligações a outros textos, de uma predisposição interativa (e iterativa) que os torna, fundamentalmente, em hipertextos: na era da *web* tanto quanto na Idade Média, os textos são «documentos constituídos por documentos virtuais», derivam de uma relação incessante com outros textos, são sempre constituídos por *hiperligação*³³. Assim, para os saberes do arquivo a intertextualidade encerra a necessidade de rever e de diversificar criticamente todo um *cluster* de conceitos e até de instrumentos e práticas. Gravitando em torno dos conceitos de contexto e proveniência, e estendendo-se até conceitos afins como autor, produtor ou custódia, esse *cluster*, central no discurso e nas práticas arquivísticas, tem traduzido, desde o século XIX, e num quadro de referências positivista, o centramento do conhecimento dos arquivos e da história no problema dos começos, das origens, dos princípios. *Archive Fever* é, no essencial, um questionamento dessa tradição e um apelo ao trilhar de um caminho diferente. Ou não fossem estas as suas primeiríssimas palavras: «Não comecemos pelo princípio, nem mesmo no arquivo»³⁴.

Se os contributos de Jacques Derrida ocupam um lugar de destaque no campo pluridisciplinar de reflexão em torno do arquivo, o mesmo vale para Michel Foucault, em cuja *Arqueologia do Saber* figura um capítulo inteiro dedicado a «O enunciado e o arquivo». A utilização do conceito de arquivo por parte de Foucault posiciona-se, contudo, não propriamente no reduto da temática da memória, mas na região – seguramente adjacente – da análise dos mecanismos constitutivos das «formações discursivas»: um espaço que, com a resistência mais que certa do próprio Foucault, poderíamos, para facilitação expositiva, relacionar com a história das ideias³⁵. Façamos antes de mais a ressalva de que não nos parece que a importância atual de Foucault para os saberes do arquivo derive principalmente da sua exploração do conceito de arquivo na *Arqueologia do Saber*. Mais relevante do que essa exploração nos parece ter sido o modo como, um pouco por toda a sua obra, e decisivamente em *Vigiar e Punir*,

³³ BROTHMAN, 1998, «Declining Derrida», p. 77.

³⁴ DERRIDA, 1995, «Archive Fever: a Freudian Impression», p. 9.

³⁵ Na verdade, o empreendimento de uma «arqueologia do saber» consiste precisamente numa demarcação intencional e deliberada relativamente à «história das ideias» – esse «velho solo desgastado até à miséria» (FOUCAULT, 2014, *Arqueologia do Saber*, p. 185).

História da Sexualidade ou *História da Loucura*, se aborda a relação histórica entre saber, poder e disciplina e se perseguem os vários enquadramentos institucionais dessa relação. Digamos que Foucault torna apelativo que se olhe para os arquivos – instâncias de acumulação de informação e conhecimento ao longo da história – como outros espaços institucionais de operacionalização dessa relação³⁶. Mas, bem entendido, não é esse tipo de análise que está em causa na *Arqueologia do Saber* no que concerne ao arquivo, nem tão-pouco podemos dizer que essa análise seja aí minimamente sugerida. Aliás, o arquivo, utilizado sobretudo no singular, não tem neste contexto qualquer espécie de conteúdo institucional ou histórico concreto, ele é apenas uma ferramenta para análise das práticas discursivas. O arquivo designa, mais especificamente, o campo de emergência e constituição dos discursos e dos enunciados na sua positividade e na sua unidade ou especificidade ao longo do tempo, e representa aquilo que nesse campo há de sistemático; ou seja, ele qualifica o princípio da emergência, da replicação e manutenção, da diferenciação e da própria extinção dos discursos segundo um determinado tipo de regularidade. O arquivo é, em suma, «a lei do que pode ser dito» e o que define «o modo de atualidade» e o «sistema do funcionamento» das práticas discursivas³⁷. Qualificando tanto a uniformidade dos discursos, a sua regularidade ao longo do tempo, quanto os princípios que governam

³⁶ Ou seja, Foucault não empreendeu uma análise histórica do arquivo sob o prisma das relações de poder e das tecnologias disciplinares, mas abriu o caminho para isso. Hoje, não merecerá disputa o facto de os arquivos e a produção de informação na história se terem distinguido como instrumentos de controlo e disciplina social. Se na análise de Foucault é privilegiado o modo como as tecnologias disciplinares e de exclusão se exerciam e materializavam «através do espaço» e da sua organização (por exemplo nos casos do leprosário, da quarentena e do panoptismo (cf. RABINOW e DREYFUS, 1995, «Michel Foucault, uma trajetória filosófica», pp. 206-216)), já no caso do arquivo, podemos nós acrescentar, esse efeito disciplinar e de exclusão é alcançado por via de modalidades específicas de produção e organização da informação. E se, como salientam Paul Rabinow e Hubert Dreyfus, na arquitetura panóptica se dá uma «inversão da visibilidade» (até então centrada no soberano), por via da qual «aqueles que devem ser disciplinados, observados e compreendidos [se tornam] os mais visíveis» (RABINOW e DREYFUS, 1995, «Michel Foucault, uma trajetória filosófica», p. 210)), já no arquivo podemos estabelecer que esse novo princípio de visibilidade se concilia com o princípio precedente. Com efeito, e particularmente no quadro do Antigo Regime, o arquivo é antes de mais um espaço (informacional) de visibilidade do soberano e de operacionalização da sua vontade, e, por isso mesmo, também de centralidade dos seus próprios representantes e dos grupos sociais protegidos e favorecidos numa sociedade tendencialmente estática – de que o soberano era, precisamente, o vértice. No entanto, neste mesmo contexto histórico, o arquivo é, em simultâneo, uma arena de introdução e aperfeiçoamento de metodologias e técnicas de produção sistemática de informação que visam (e visibilizam) uma grande parte do edifício social, das quais resultava um efeito disciplinar, inerente à sua utilização enquanto instrumentos de controlo administrativo, fiscal, policial ou militar da população. Dos arrolamentos, às devassas, às condenações, aos recenseamentos, às mais diversas formas de registo e inventariação – são inúmeros os exemplos de modalidades crescentemente metódicas de produção de informação utilizável para efeitos de controlo social. O arquivo no Antigo Regime será então um marco cultural – mesmo que destituído de conteúdo arquitetural relevante – de transição para o *Panopticon*?

³⁷ FOUCAULT, 2014, *A Arqueologia do Saber*, pp. 174-181.

a sua diferenciação, o arquivo é, numa palavra, «o sistema geral da formação e da transformação dos enunciados»³⁸.

Assim, o arquivo corresponde a um conceito epistemológico, ou mesmo a um «contraconceito», utilizado estrategicamente por Foucault no quadro da sua crítica do enciclopedismo e como ferramenta de negação de análises da história dominadas pelas ideias de totalidade e continuidade, alicerçadas em conceitos estabelecidos e largamente apriorísticos como tradição, evolução, influência, época, contexto, origem, sujeito³⁹. O arquivo proposto por Foucault pode mesmo ser visto como um *tipo-ideal* weberiano, e, tal como ele, constitui «um quase-conceito que [...] não destrói a individualidade dos fenómenos para torná-la num 'exemplo' [de algo geral], mas em vez disso tenta preservar essa individualidade». O arquivo pode nesta medida ser entendido como uma ferramenta de análise das formações discursivas que parte da realidade histórica sem constituir uma descrição direta da mesma; que enquadra a formulação de hipóteses sem configurar uma hipótese em concreto; que acentua deliberada e seletivamente aspetos da realidade apenas para dirigir e clarificar a sua interpretação⁴⁰. Com este quase-conceito, Foucault, enfim, concilia aquilo que lhe era porventura mais caro, ou seja, a positividade concreta dos enunciados – e o valor específico das práticas discursivas enquanto «*performances* verbais»⁴¹ – com uma visão geral das formações discursivas, da sua organização, das suas regularidades e das suas regras de formação. Aliás, nessa indissociação do particular (dos acontecimentos discursivos) com o geral (dos princípios constitutivos dos acontecimentos discursivos) não deixa de haver algo de análogo ao modo como Max Weber concilia, precisamente a partir do tipo-ideal, a análise dos objetos históricos individuais (os «indivíduos históricos») com uma investigação causal da história⁴².

Seja um conceito epistemológico, um contraconceito, um conceito figurativo, um quase-conceito ou um tipo-ideal, é manifesto, como já assinalámos, que o 'conceito' de arquivo na *Arqueologia do Saber* não tem um conteúdo empírico, histórico ou institucional. Ainda assim, gostaríamos de propor que esta utilização muito peculiar do arquivo na sua relação com a problemática da «ordem do discurso» não deixa de sugerir uma aceção estritamente arquivística ou empírica do mesmo conceito. Seria na verdade estranho que, à multiplicidade de significações, identificáveis numa

³⁸ FOUCAULT, 2014, *A Arqueologia do Saber*, p. 179.

³⁹ ELIASSEN, 2010, «The Archives of Michel Foucault», p. 34.

⁴⁰ ARVATU, 2011, «Spectres of Freud: The Figure of the Archive in Derrida and Foucault», pp. 153-154.

⁴¹ FOUCAULT, 2014, *A Arqueologia do Saber*, p. 174.

⁴² Cf. OAKES, 1987, «Max Weber and the Southwest German School [...]»; ELIAESON, 2000, «Max Weber's methodology: an ideal-type».

linha de inquirição fundamentalmente filosófica, que conduzem a que se possa apresentar Michel Foucault como «um novo arquivista»⁴³, fossem por completo alheios os arquivos, no plural. Com efeito, subjacente ao arquivo de Foucault, enquanto princípio sistémico de caracterização das práticas discursivas e da sua transformação na história, julgamos ser possível encontrar – mesmo que em forma sugerida – o arquivo enquanto dispositivo institucional concreto:

«O arquivo é antes do mais a lei do que pode ser dito, o *sistema* que rege o aparecimento dos enunciados como acontecimentos singulares. Mas o arquivo é também aquilo que faz com que nem todas as coisas ditas *se acumulem indefinidamente numa multiplicidade amorfa*, também não se inscrevam numa linearidade sem rutura, e não desapareçam simplesmente devido ao *acaso de acidentes externos*; mas *se agrupem* em figuras distintas, se componham entre si segundo *relações* múltiplas, se mantenham ou se dissipem segundo *regularidades* específicas [...]»⁴⁴

Para isolarmos essa concretude do arquivo no fragmento anterior e em várias outras passagens do capítulo III da *Arqueologia do Saber*, bastar-nos-ia um artifício de leitura muito simples: substituir os conceitos de «práticas discursivas» e «enunciado» pelos conceitos de «informação» e «documento». Aí obteríamos sem dificuldade uma visão do arquivo enquanto princípio ou sistema de constituição, diferenciação, manutenção, réplica, seleção e eliminação de informação, e enquanto domínio da positividade dos próprios documentos. Se sujeitássemos o texto de Foucault a esta leitura em particular – de que o arquivo é o domínio da *positividade* dos documentos – e, num assomo de contenção, nos mantivéssemos em absoluto fiéis ao uso que, na antecâmara da apresentação do seu conceito de arquivo, o mesmo autor faz da ideia de «positividade», então aí teríamos que o arquivo se poderia definir como espaço de «dispersão» e «relações» de documentos numa dada «exterioridade», como «figura lacunar e retalhada», tão marcada pela «raridade» quanto por «formas específicas de uma acumulação». A todas estas características do arquivo – a raridade, as relações, a acumulação – poderíamos ainda dirigir uma «análise» e uma «descrição»⁴⁵.

⁴³ DELEUZE, 2005, *Foucault*, cap. 1, «Um novo arquivista ('A Arqueologia do Saber')», pp. 11-37.

⁴⁴ FOUCAULT, 2014, *A Arqueologia do Saber*, p. 178, itálicos nossos.

⁴⁵ FOUCAULT, 2014, *A Arqueologia do Saber*, pp. 173-174. No quadro, digamos, deste deslocamento e desta descontextualização arquivísticos dos marcos concetuais da *Arqueologia do Saber*, é de facto praticamente impossível evitar um paralelo geral entre, por um lado, os enunciados e as práticas discursivas e, por outro, os documentos ou a informação. Com efeito, para Foucault o enunciado «designa a elocução histórica efetiva, arrancada de qualquer contexto estabelecido, não identificada por outra coisa que não a sua proveniência, ou seja, as suas coordenadas no espaço e no tempo»; ele é «um evento, uma singularidade, mas também o elemento possível de uma série» (ELIASSEN, 2010, «The Archives of Michel Foucault», p. 37; cf. SCOTT, 2008, «Introduction: On the Archaeologies of Black Memory», p. VII). Os enunciados caracterizam-se ainda pelo seu «espaço colateral, associado ou adjacente» e pelas relações que, nesse espaço, constituem grupos e famílias de enunciados; os

Curiosamente, exposto o texto de Foucault à violência de uma tal leitura, acabaríamos por posicioná-lo não muito longe da perspectiva de Derrida do arquivo enquanto instância de uma acumulação precária («lacunar» ou «hipomnésica»: adjetivos que aqui se equivalem) de signos. Propor uma tal leitura é, porém, ir muito além do que o próprio discurso de Foucault nos autoriza: «por este último termo [o arquivo] não entendo a soma de todos os textos que uma cultura conservou consigo como documentos do seu próprio passado, ou como testemunho de sua identidade mantida; também não entendo as instituições que, numa dada sociedade, permitem registar e conservar os discursos cuja memória se quer guardar e cuja livre disposição se pretende garantir»⁴⁶.

Enfim, o arquivo de Foucault parece envolto numa fina ironia. Porque se, num primeiro momento, ele se afirma como peça-chave de uma estratégia de inquirição da história em tudo estranha à procura tipicamente positivista dos documentos e dos arquivos enquanto *transparência* e como garante de objetividade histórica; num segundo momento, é, ainda assim, dos documentos, dos arquivos e da sua positividade que essa estratégia parece reclamar-se. Como não desembocar amplamente nos arquivos uma análise da história que pugna pela positividade efetiva e pela especificidade dos discursos, que não estabelece qualquer hierarquia entre aquilo que há neles de regular ou homogêneo e singular ou único, e que nessa medida se distancia de artefactos de leitura e interpretação – como as figuras do autor, do texto, ou da obra – particularmente vocacionados para uma «descrição das originalidades» e para uma pesquisa das grandes linhas de continuidade e coerência dos discursos?⁴⁷ Na sua justificação da publicação do dossiê do parricida Pierre Rivière, Foucault afirma que a lei da «existência» e da «coerência» dos arquivos não é «a mesma de uma obra, nem a de um texto», pelo que o estudo dos arquivos permite «pôr de lado os velhos métodos académicos da análise textual e todas as noções que decorrem do prestígio monótono e escolar da escrita»⁴⁸. O arquivo enquanto plano das «coisas ditas» no quadro histórico e a arqueologia enquanto ciência que se ocupa do arquivo, parecem implicar logicamente os arquivos, pois estes são, por excelência e

enunciados têm também o seu «espaço complementar», que designa um «meio institucional» e um horizonte material de possibilidade para o seu próprio aparecimento (DELEUZE, 1995, *Foucault*, pp. 18-23). Em suma, a terminologia que assegura uma caracterização genérica e estrutural do enunciado é igualmente aplicável ao documento e aos arquivos. Aferir e estabelecer a raridade e a singularidade, a serialidade e a regularidade, as relações, o contexto e a proveniência dos documentos e dos arquivos é, afinal, uma forma de descrever a própria análise arquivística tradicional.

⁴⁶ FOUCAULT, 2014, *A Arqueologia do Saber*, pp. 177-178.

⁴⁷ Cf. FOUCAULT, 2014, *A Arqueologia do Saber*, pp. 183-198.

⁴⁸ FOUCAULT, 1997, *Eu Pierre Rivière [...]*, p. 10.

em simultâneo, o domínio da singularidade, da serialidade e da regularidade (remanescentes) da história⁴⁹.

Os arquivos constituem afinal um exemplo do que, em outro lugar, Foucault designou de *heterotopias*, ou seja, espaços singulares e constituídos à parte, nos quais os outros espaços são «simultaneamente representados, contestados e invertidos». Tal como as bibliotecas e os museus, os arquivos são mais especificamente heterotopias de acumulação do tempo, constituem lugares em que os vários tempos convergem e se acumulam continuamente. Mas a acumulação do tempo conduz à sua suspensão: o arquivo posiciona-se também «fora do tempo e inacessível à sua deterioração»⁵⁰. Nele é possível que o passado, como que conservado num recipiente de formol, ressurgisse com uma veemência que anula o presente e permite (re)inscrever na história os seus fragmentos mortos. Entenda-se por isso a possibilidade de resgatar aquilo que há na história de heterogêneo e singular, de fazer falar os discursos na sua pureza e «intensidade», inclusive na sua brutalidade – *Eu, Pierre Rivière, que degolei a minha mãe, a minha irmã e o meu irmão* –, de expô-los sem a interferência de qualquer mediação interpretativa, sem mesmo incorrer na concessão de «alguns rudimentos de explicação [e de] um mínimo de significação histórica»⁵¹. É porventura por essa apropriação quase estética do arquivo e pelo fascínio de Foucault com a «materialidade extrema do suporte arquivístico», que reside a marca maior do autor francês na atual valorização do arquivo⁵². Este arquivo e estes arquivos de Foucault são sem dúvida espaços de pluralidade⁵³. Eles não estabelecem qualquer hierarquia

⁴⁹ Se a arqueologia é, para Foucault, a ciência ou, mais exatamente, a análise e o conhecimento do arquivo, é sintomático, na ótica da nossa própria leitura, que a mesma seja identificada como uma «descrição arqueológica». O arquivo em concreto, lugar de descrições *arquivísticas*, parece estar sempre subjacente ao arquivo enquanto ferramenta de análise das formações discursivas. Se o arquivo é o objeto da arqueologia do saber, também parece ser, ainda que de forma discreta e insinuante, o seu princípio. Somos nós próprios que, aqui, não nos furtamos ao fascínio pelo «segredo da origem», ou será o próprio Foucault – como todos nós... – que não se furta à obsessão do arquivo? Cf. FOUCAULT, 2014, *A Arqueologia do Saber*, cap. IV, «A descrição arqueológica», pp. 183-252.

⁵⁰ No texto original: «hors du temps, et inaccessible à sa morsure» (FOUCAULT, 1967, «Des espaces autres. Hétérotopies»).

⁵¹ FOUCAULT, 1979, «The Life of Infamous Men», p. 77; ELIASSEN, 2010, «The Archives of Michel Foucault», pp. 42-47. É sem dúvida neste mesmo espaço de leitura que Pierre Nora se posiciona quando afirma que o propósito fundamental dos lugares de memória (de que os arquivos são exemplos privilegiados) é «parar o tempo, bloquear o trabalho do esquecimento [...], imortalizar a morte, materializar o imaterial [...] – tudo isto por forma a capturar o máximo de significado nos mais escassos sinais» (NORA, 1989, «Between Memory and History: *Les Lieux de Mémoire*», p. 19).

⁵² REVEL, Judith, 2017, «L'historiographie chez Foucault et au-delà: une conversation avec Judith Revel sur histoire, liberté et archive(s)», pp. 176-181.

⁵³ Ironicamente, esta poética ou estética do arquivo em Foucault não deixa de evocar Leopold von Ranke, cujo 'abraço' da história através dos arquivos é equiparável ao envolvimento tipicamente romântico com a natureza (cf. ESKILDSEN, 2008, «Leopold Ranke's archival turn [...]», pp. 437-442).

entre os contornos mais salientes e mais discretos da impressão hipomnésica; é-lhes absolutamente indiferente que as margens da marca arquivística visível sejam o produto de uma pressão quase nula, e que as inscrições remanescentes tenham ficado a um instante do silêncio absoluto da história.

3. Dos Silêncios aos Fantasmas

A história do conhecimento arquivístico desde os primórdios da diplomática pode ser retratada como um descentramento progressivo em relação ao documento e como uma correlativa consagração do contexto como unidade de análise. Do documento enquanto objeto de uma análise formal vocacionada para a determinação da sua autenticidade, por um lado, e enquanto unidade fundamental de ordenação, por outro, transitou-se, por via do princípio do «respect des fonds», cunhado por Natalis de Wally em 1841, para uma perspetiva dos arquivos assente nos conceitos eminentemente contextuais de proveniência e ordem original – perspetiva depois plasmada e propagada nos manuais de Muller, Feith e Fruin, de 1898, ou de Hilary Jenkinson, de 1922⁵⁴. O próprio Theodore Schellenberg, não obstante as suas inovações no aspeto da avaliação ou a flexibilização que confere ao princípio da proveniência, designadamente por via da introdução do conceito de «record group»⁵⁵, não deixa de laborar no quadro de uma perspetiva relativamente estática e simplificada do contexto arquivístico, apropriado numa aceção predominantemente institucional, aliás potenciada pelas preocupações eminentemente operatórias do pai da arquivística americana. A progressiva afirmação do arquivista como «contextualista» é, pois, um aspeto relativamente transversal à história da arquivística do século XX, que se impôs independentemente de várias dissensões que marcaram a disciplina neste período⁵⁶. Ora, os desenvolvimentos a que temos aludido em torno do conceito de arquivo têm conduzido a que os arquivos interessem agora não apenas *em si mesmos*, no seu conteúdo documental e na organização estrutural desse conteúdo dentro de um determinado horizonte contextual, mas também *à sua volta*. A interrogação *qual é o contexto do documento?* dá lugar à interrogação *quais são os contextos do documento?* – ou talvez melhor, *quais são os contextos dos contextos do documento?*

⁵⁴ DURANTI, 1989, «Diplomatics: New Uses for an Old Science», pp. 17-18; DUCHEIN, 1992, «The History of European Archives [...]», pp. 18-20; COOK, 1997, «What is Past is Prologue», pp. 20-26.

⁵⁵ COOK, 1997, «What is Past is Prologue», p. 28; PEARCE-MOSES, 2005, *A Glossary of Archival and Records Terminology*, p. 330.

⁵⁶ NESMITH, 2004, «What's History Got to Do With It? [...]», p. 4.

Com efeito, os arquivos não são meramente o produto de um conjunto ordenado de operações de produção e acumulação documental emergentes num contexto imediato e relativamente estático, marcado por fronteiras precisas que definem uma *proveniência*; muito mais do que isso, eles são constituídos através de operações de *arquivização*, ou seja, adquirem forma e conteúdo por via da seleção, consciente ou inconsciente – mas em todo o caso dirigida por critérios culturais, ideológicos, valorativos – do que é digno de ser registado e arquivado⁵⁷. A produção dos documentos e a constituição dos arquivos ao longo da história configuram, portanto, uma «atividade social», pelo que, como afirma Tom Nesmith, aliás precocemente em 1982, «a história da sociedade é o ponto de partida do conhecimento arquivístico»⁵⁸. Essa *atividade* é relevante numa perspetiva estritamente arquivística, não somente porque a contextualização efetiva dos arquivos transcende em muito a sua dimensão administrativa/institucional e jurídico-legal, mas igualmente porque, como alerta Eric Ketelaar, claramente na pegada de Derrida, «a realidade não arquivada também determina o documento. Aquilo que foi excluído do documento determina tanto o seu significado quanto aquilo que foi incluído. Ambos fazem parte da proveniência [...]»⁵⁹. Assim, a proveniência torna-se «societal», «comunitária», «intelectual» ou «cultural»; ela complexifica-se e desmultiplica-se, deixa de coincidir com a pessoa, a família ou a instituição, ou de sobrepor-se simplesmente às entidades portadoras do poder literal da inscrição arquivística e da produção material do documento. O meio social e cultural em que uma entidade responsável pela produção e conservação de arquivos se insere infunde o documento com conteúdos e informação⁶⁰.

⁵⁷ KETELAAR, 1999, «Archivalisation and Archiving».

⁵⁸ NESMITH, 1982, «Archives From the Bottom Up: Social History and Archival Scholarship», p. 7.

⁵⁹ KETELAAR, 2002, «Archival Temples, Archival Prisons», p. 223.

⁶⁰ NESMITH, 2006, «The concept of societal provenance [...]». No seu pequeno estudo sobre a proveniência societal dos arquivos produzidos no âmbito das relações interculturais entre aborígenes e europeus no oeste do Canadá durante o século XIX, Tom Nesmith faculta-nos um exemplo bastante ilustrativo da necessidade de rever e fragmentar as noções arquivísticas clássicas de contexto e proveniência. Nesmith demonstra que a cultura aborígine, apesar de destituída de recursos de escrita e da capacidade de produção documental e arquivística numa aceção tradicional, não deixou de determinar muitos aspetos da documentação produzida por europeus, disponibilizando vasta «informação tecnológica, agrícola, militar, cartográfica, económica, médica e relacionada com o clima e a vida selvagem», que consubstanciou o conteúdo dessa produção documental euro-canadiana em contexto intercultural. Se à partida poderíamos ser levados a pressupor que o contexto das trocas interculturais é particularmente propício à proveniência societal ou sociocultural dos documentos, esclarece-nos logo de seguida Nesmith: «Todos os documentos têm uma proveniência societal, não apenas os interculturais, e todas as camadas de informação respeitante à proveniência têm fontes societais» (NESMITH, 2006, «The concept of societal provenance [...]», pp. 352-353). Ver também COOK, 1997, «What is Past is Prologue», pp. 30-35; NESMITH, 2002, «Seeing Archives: Postmodernism and the Changing Intellectual Place of Archives»; BASTIAN, 2006, «Reading Colonial Records Through an Archival Lens [...]».

Obviamente que, entre a cadeia de fatores que determinam aquilo que é um documento, se inclui o historial da sua utilização e tratamento em contexto de guarda e custódia arquivística. Desde a criação material do documento à sua custódia final e definitiva, a proveniência não cessa de ser alimentada. A flexibilização e fragmentação do conceito de proveniência obrigam, pois, à substituição de uma visão «limitada e materialista» dos documentos e dos arquivos como «uma simples coisa física, chamada uma carta, ou uma fotografia, ou uma instituição onde se armazenam documentos», por uma visão que realce o modo como o conhecimento dos documentos e dos arquivos é determinado por todo um conjunto de «ações tomadas pelos seus utilizadores e gestores». Dito de outro modo: os arquivos e a história especificamente arquivística dos documentos intervêm «nos processos históricos de longa duração relativos à produção de sentido e à interpretação» (desses mesmos documentos e arquivos)⁶¹. Por fim, essa atividade social multifacetada e incessante que envolve o documento e o determina é ainda de primeira importância na perspetiva da crítica das fontes, e obriga a que se procure isolar as limitações do documento a partir da consideração da sua história arquivística específica, idealmente com a mesma diligência com que se elaboram análises históricas a partir daquilo que os documentos supostamente – e de modo alegadamente fiel – expressam⁶².

Se os documentos são construídos socialmente e se o seu significado incorpora essa construção, não menos válido é relevar que eles criam ou constroem também a própria realidade. Chegamos aqui a um tópico recorrente nos discursos sobre o arquivo: o poder dos documentos e dos arquivos em si mesmos. Verne Harris, por exemplo, alude à diferença entre a experiência de redação de uma carta e de um *e-mail*: «não só ambas as experiências são bastante diferentes [...] mas cada um dos dois suportes estimula padrões de pensamento específicos, encoraja abordagens distintas, regista e estimula usos específicos da linguagem»⁶³. Eric Ketelaar refere o caso da fotografia: uma fotografia de família não constitui apenas o registo documental de um acontecimento, ela dá origem a esse acontecimento⁶⁴. Poderíamos multiplicar exemplos desse poder que os arquivos e os documentos têm de instituir a realidade, mas mais importante do que isso é relevar que esse poder especificamente arquivístico permanece em grande medida, ainda hoje, meramente sugestionado na literatura, explicitado de forma genérica, casuística e não sistemática. Afinal, os discursos sobre o arquivo

⁶¹ NESMITH, 2004, «What's History Got to Do With It? [...]», p. 25.

⁶² NESMITH, 1982, «Archives From the Bottom Up: Social History and Archival Scholarship», p. 17.

⁶³ HARRIS, 1997, «Claiming Less, Delivering More [...]», p. 135.

⁶⁴ KETELAAR, 2002, «Archival Temples, Archival Prisons», p. 223.

confrontam-se com o peso de uma longuíssima tradição no quadro da qual se acumulou, dentro e fora das ciências documentais e arquivísticas, um conhecimento metódico sobre o modo como os documentos refletem a realidade; do outro lado da equação, e num campo de forte apelo interdisciplinar, há um imenso percurso a percorrer no sentido da tipificação e da análise historicamente fundada do modo como os documentos intervêm sobre a sua envolvente socio-histórica.

O poder dos documentos é, antes de mais, formal e assenta na própria natureza da escrita e no modo como esta autoriza os autores do documento ou, eventualmente, quem eles visam. Podemos talvez afirmar que esse reconhecimento da autoridade formal do documento escrito consiste mesmo num traço cultural persistente, que remonta aos primórdios da cultura ocidental, pois que já no mundo romano «o documento escrito era considerado o atestado mais autorizado da vontade das partes» – por contraste com os territórios bárbaros, cuja estrutura judicial privilegiava transações que se formalizavam por via simbólica⁶⁵. Normalmente fixo e tendencialmente estável na sua pura materialidade, o documento escrito corresponde a algo que é difícil de desafiar e contestar, que se impõe pela insistência e pela «firme repetição do seu conteúdo» – por contraposição à volatilidade e à efemeridade da oralidade. Por vezes, o simples anonimato do documento fortalece o seu poder, pois a incerteza quanto à autoria das palavras que compõem um documento apela, por si só, à obediência⁶⁶. Portador de atributos formais intimamente associados à escrita e que potenciam a fixação e a cristalização da informação, o documento naturalmente se predispõe a uma utilização social enquanto instrumento de poder, estando desde o início do período moderno intimamente associado à função do registo – e portanto da defesa e da imposição – de direitos, regalias e privilégios das cidades e do Estado, por um lado, de indivíduos, famílias e corporações, por outro⁶⁷. Os arquivos tiveram mesmo um papel decisivo na consolidação da fórmula política e institucional do Estado, como se pode observar por exemplo em Itália, no fim da Idade Média, no contexto da transição das cidades-estado para os principados, onde a implementação de sistemas arquivísticos e de gestão documental racionalizados precipitou as primeiras formulações jurídicas do conceito de Estado, conduziu à estabilização de uma administração centralizada e tornou mais eficiente o controlo do território e das populações, no plano fiscal, da administração da justiça ou das atividades económicas⁶⁸.

⁶⁵ DURANTI, 1989, «The Odyssey of Records Managers, Part II [...]», p. 3.

⁶⁶ O'TOOLE, 2002: «Cortes's Notary: The Symbolic Power of Records», pp. 52-53.

⁶⁷ KETELAAR, 2007, «Muniments and monuments [...]», pp. 345-350

⁶⁸ BROWN, 1997, «Death of a Renaissance Record-Keeper [...]», pp. 6-7.

O facto de o documento escrito se revestir de propriedades formais que garantem autoridade à informação neles contida é, ao longo da história, o foco de origem de uma procura social e política do arquivo que redundava no reforço dos seus atributos simbólicos. Depositados nos arquivos, os documentos não asseguram apenas a visibilidade dos direitos e das regalias, eles garantem – magicamente – a sua inviolabilidade, o seu carácter indisputável: «o simples facto de eles [os documentos] estarem lá [nos arquivos] concedia-lhes força legal»⁶⁹. A expressão mais eloquente do apelo da escrita e do seu carácter ‘mágico’ talvez resida na prontidão com que as culturas orais adotaram a tecnologia da escrita no quadro dos primeiros contactos com a civilização ocidental. Por exemplo na Nova Zelândia, no início do século XIX, missionários europeus relataram que tribos Maori aprenderam autonomamente a ler mesmo antes de serem instruídas a tal por via da evangelização cristã e da familiarização com a Bíblia escrita⁷⁰. Apesar do seu carácter tendencialmente anónimo e discreto – razão da natureza apetecível dos documentos e dos arquivos na perspetiva dos múltiplos agentes sociais e institucionais na história –, «o poder inerente à escrita é [ainda] transferível para aqueles que dominam essa competência especial»⁷¹. Os documentos garantem poderes não apenas a quem por eles fala ou a quem eles visam, mas também aos atores sociais que detêm a prerrogativa de constituir o próprio documento (ou de fazê-lo falar). Escrivães, secretários, notários, tabeliães, arquivistas – eis toda uma história social do arquivo que permanece largamente por explorar de forma metódica, e que interessaria empreender particularmente em contextos históricos de rarefação e escassa disseminação social da escrita, no seio dos quais os múltiplos ofícios da escrita eram objeto de particular valorização.

A procura social dos arquivos no quadro histórico conduz a que estes tenham uma função decisiva de mediação entre a estrutura social e a própria narrativa histórica. Mas essa mediação envolve o arquivo tanto enquanto dispositivo de fixação e retenção de informação, quanto de exclusão e eliminação da mesma. Como vimos em Derrida, a perda de informação é intrínseca ao arquivo e está estabelecida, digamos, *a priori* e em abstrato. No entanto, quando representada enquanto instância de *arquivização* no quadro dos processos históricos de constituição da memória, essa mesma dimensão arquivística ou documental da perda e da exclusão (i.e., da seleção) de informação pode adquirir a faceta do que o antropólogo Michel-Rolph Trouillot designa de práticas de

⁶⁹ DUCHEIN, 1992, «The History of European Archives [...]», p. 15.

⁷⁰ WAREHAM, 2002, «From Explorers to Evangelists: Archivists, Recordkeeping, and Remembering in the Pacific Islands», pp. 196-197.

⁷¹ O'TOOLE, 2002: «Cortes's Notary: The Symbolic Power of Records», p. 53.

«silenciamento do passado». Apropriada no quadro histórico, a seleção documental deixa de poder ser perspectivada como mera perda de informação, dirigida por critérios mais ou menos inócuos de natureza estritamente documental ou até mesmo valorativa-cultural; pelo contrário, essa ausência é construída e emerge como materialização de relações de poder concretas, envolvendo de forma mais ou menos proativa, diligente e deliberada os grupos sociais e os interesses que convergem no arquivo e subjazem aos seus procedimentos de fixação e exclusão de informação. Os arquivos podem então ser palco de múltiplas operações de silenciamento:

«By silence, I mean an active and transitive process: one «silences» a fact or an individual as a silencer silences a gun. One engages in the practice of silencing. Mentions and silences are thus active, dialectical counterparts of which history is the synthesis. [...] Inequalities experienced by the actors lead to uneven historical power in the inscription of traces»⁷².

Mas como é que este poder social e político, desigualmente distribuído, de inscrição dos traços arquivísticos se exerce em concreto na história? Como objetivar a operatória do silenciamento na construção efetiva dos dispositivos arquivísticos? Começamos por salientar que, se a dimensão do poder nos arquivos é inerente a todos os domínios da produção e conservação da informação arquivística, ela não deixa de ser mais explícita e óbvia nas «circunstâncias extremas da opressão» – como por exemplo atesta o caso da história dos arquivos na África do Sul no contexto do *apartheid* ou as várias instâncias de erradicação da memória histórica do povo palestino depois da criação do Estado de Israel em 1948⁷³. Por esse motivo, uma parte significativa da análise histórica da relação entre arquivos e poder tem privilegiado ambientes socio-históricos marcados por relações de poder profundamente assimétricas, designadamente em contexto colonial e/ou de desigualdade étnica/rácica. Em tais ambientes, os grupos sociais subordinados tendem, digamos, à rarefação e à ocultação arquivística no quadro da produção documental predominante, designadamente de cariz administrativo e burocrático, sendo o arquivo, enquanto dispositivo ou tecnologia de memória, mobilizado para, no limite, erradicar da memória os povos colonizados. O que tem conduzido os saberes multidisciplinares do arquivo a uma questão adicional: como resgatar do arquivo os espaços sociais nele e por ele silenciados?

A questão anterior tem tido no domínio dos estudos subalternos e do pós-colonialismo um espaço privilegiado de resposta, ecoando e transpondo para um espaço de problematização especificamente arquivístico a icónica interrogação

⁷² TROUILLOT, 2015, *Silencing the Past: power and the production of history*, p. 48.

⁷³ HARRIS, 2002, «The Archival Sliver: Power, Memory, and Archives in South Africa»; BUTLER, 2009, «'Othering' the archive – from exile to inclusion and heritage dignity: the case of Palestinian archival memory».

da teórica literária e feminista indiana Gayatri Spivak: *Can The Subaltern Speak?*⁷⁴ A principal estratégia de resgate do 'outro' colonial, subordinado e silenciado nas narrativas oficiais, tem passado pelo investimento numa noção mais ampla de arquivo e de documento. Essa noção alastra a função documental às fontes orais e às narrativas que combinam mito e história, às fontes simbólicas, estéticas e pictóricas, à arquitetura, aos monumentos ou às comemorações, aos rituais, entre outros «significantes da memória histórica» e marcadores da cultura, tradições e identidade locais⁷⁵. O arquivo colonial torna-se «cultural» e, nesse movimento, a teoria arquivística embarca no desafio da acomodação de «culturas com mecanismos não textuais para documentar decisões, ações, relações ou memória»⁷⁶. Uma outra estratégia consiste na desconstrução e análise crítica dos arquivos constituídos pelas administrações europeias nos espaços coloniais. O arquivo 'documentaliza-se', torna-se em si mesmo suscetível de ser descrito e interpretado: «porque o arquivo não se encontra simplesmente lá à espera de ser lido, e tem de ser recuperado e descrito por forma a tornar-se suscetível de uso crítico»⁷⁷. Essa nova descrição do arquivo passa, por exemplo, pela iluminação dos modos através dos quais as várias camadas de produção documental, acumuladas ao longo dos circuitos hierárquicos de comunicação, intervêm no trabalho da distorção de factos e acontecimentos e infundem a própria narrativa histórica⁷⁸. A desconstrução e a leitura crítica dos arquivos coloniais, a análise do seu envolvimento na anulação da resistência ao colonialismo e o distanciamento em relação às narrativas que se estruturam a partir dos mesmos arquivos, conduz à construção de contra-narrativas a partir de uma análise fina dos próprios materiais arquivísticos disponíveis⁷⁹.

A metáfora da compartimentação tem sido utilizada para caracterizar o colonialismo enquanto prática eminentemente espacial, que procede por via da ocupação e divisão dos espaços geográficos e da permanente criação e recriação de espaços e lugares

⁷⁴ SPIVAK, 1988, «Can The Subaltern Speak?». Projetada na problemática arquivística, a interrogação de Spivak – que, curiosamente, foi tradutora de Jacques Derrida – configura vários pontos de ligação com muitas das questões lançadas em *Archive Fever*.

⁷⁵ WAREHAM, 2002, «From Explorers to Evangelists [...]», pp. 194-198; BASTIAN, 2006, «Reading Colonial Records Through an Archival Lens [...]», pp. 276-278; BASTIAN, 2013, «The records of memory, the archives of identity [...]», pp. 127-129.

⁷⁶ GILLILAND et al., 2008, citado por BASTIAN, 2013, «The records of memory, the archives of identity [...]», p. 124.

⁷⁷ SCOTT, 2008, citado por BASTIAN, 2013, «The records of memory, the archives of identity [...]», p. 126.

⁷⁸ BASTIAN, 2006, «Reading Colonial Records Through an Archival Lens [...]», p. 274.

⁷⁹ É exemplo de tal tipo de contra-narrativa a análise que Michel-Rolph Trouillot efetua ao desaparecimento quase total nos relatos da Revolução Haitiana do coronel Sans Souci, líder militar de origem africana e ex-escravo que se distinguiu no combate às tropas criolas e francesas: um caso exemplar de silenciamento histórico e arquivístico, instituído a partir de um quadro social, étnico e rácico marcado por fortes assimetrias (TROUILLOT, 2015, *Silencing the Past: power and the production of history*, pp. 31-69).

segregados. A divisão colonial do espaço geográfico é assistida pela edificação de um «conhecimento categórico», pela criação de «categorias de divisão e atribuição», que replicam a representação do espaço como realidade «delimitada [e] investida de características particulares»⁸⁰. Este tipo de conhecimento atributivo visa e objetiva o tecido humano e social, ou não fosse a sua finalidade última, enquanto técnica de segregação, a sobreposição dos espaços geográfico e social. Segundo nos parece, o arquivo é, por excelência, domínio da construção, da lenta maturação histórica e da operacionalização desse conhecimento de tipo categórico, e dispositivo de aplicação do mesmo à constituição e reprodução de linhas de divisão do espaço social. O arquivo, lugar de tipologias, afirma-se também como reduto de topografias, projetando e construindo geografias de divisão e exclusão no espaço social, e, *mutatis mutandis*, iluminando as relações de poder na sua dimensão espacial, ou – claro está – silenciando essas mesmas relações. Em relação a este último aspeto, o geógrafo histórico Richard Schein ilustra o modo como na primeira metade do século XX, numa pequena comunidade do Estado do Kentucky, o acesso à propriedade pela população negra não foi objeto de qualquer registo ou formalização notarial, o que originou hiatos sistemáticos na produção documental, que podemos apropriar como zonas de silêncio arquivístico racialmente fundadas. A ocupação racial efetiva de um determinado espaço geográfico gerou, assim, uma correlativa geografia de exclusão no espaço arquivístico⁸¹.

O aspeto da afirmação do arquivo como instância privilegiada de um conhecimento de tipo categórico e atributivo envia-nos para o modo como os arquivos são, em si mesmos, unidades portadoras de especificidade cultural. É nesse pressuposto que a antropóloga Ann Laura Stoler propõe uma etnografia histórica das práticas arquivísticas da administração holandesa das Índias Orientais (atual Indonésia), e tenta isolar, nesse quadro colonial, «culturas de documentação» específicas. O arquivo colonial é então objeto de uma análise eminentemente formal, ele interessa agora «pelas suas regularidades, pela sua lógica mnemónica, pelas suas densidades e distribuições, pelas suas consistências de desinformação, omissão e engano»⁸². Ou seja, a interpretação do arquivo descentra-se da informação documental – que, como afirma Stoler, justificaria uma análise arquivística ou histórica convencional, de tipo «extrativo», e não «etnográfica» – e dirige-se à racionalidade subjacente à respetiva produção e acumulação. Nas suas convenções, os documentos coloniais veiculam ainda uma «economia emocional», por exemplo materializada na afetação e nas fórmulas

⁸⁰ KURTZ, 2006, «A Postcolonial Archive? On the Paradox of Practice in a Northwest Alaska Project», p. 75.

⁸¹ SCHEIN, 2006, «Digging in Your Own Backyard».

⁸² STOLER, 2002, «Colonial Archives and the Arts of Governance», p. 100.

reverenciais da escrita adotadas nos documentos oficiais, ou no registo mais livre e crítico reservado para as notas marginais ou para as notas de rodapé dos relatórios oficiais, «para onde a avaliação de práticas culturais era frequentemente relegada e o conhecimento local armazenado»⁸³. Por essa via, as convenções arquivísticas são um ponto de acesso privilegiado às linhas instituídas de consenso mas também de conflito, expõem um quadro normativo vigente, com as suas «taxinomias da raça e do poder», mas também zonas de dissensão e conflito político, implicadas na diversidade das práticas de uso de tais convenções e no desacordo a respeito desse mesmo uso⁸⁴. Se o desafio da identificação da dimensão do poder na inscrição arquivística tem de lidar com a dificuldade do silêncio, esse mesmo desafio não deixa de beneficiar do manancial informacional acumulado na marginália, nas convenções formais da escrita e nas múltiplas periferias do próprio texto. Dos silêncios do arquivo, invocados por Derrida ou Trouillot, passamos ao seu murmúrio discreto, aos seus interstícios, às suas redes de alusões, ao domínio subterrâneo e infratextual dos documentos.

Portanto, a equação entre arquivos e poder não se resolve apenas do lado hipomnésico do binómio arquivístico: a história do poder nos arquivos – e dos arquivos – tem tanto a ver com supressão quanto com impressão (de informação). E se podemos encontrar culturas arquivísticas e documentais específicas que resultam da integração dos arquivos em determinados contextos socio-históricos – sejam eles dominados ou não pela matriz colonial –, ainda antes disso, num nível de análise menos profundo, podemos estabelecer que os arquivos são por si só uma forma cultural genérica. Segundo o sociólogo Thomas Osborne, os arquivos são palco de uma «razão arquivística»: eles estimulam uma epistemologia singular que consubstancia um primado do particular e do detalhe. A consignação ou a acumulação de signos – marca distintiva dos arquivos, como vimos atrás – estrutura um olhar microscópico, viabiliza uma atenção ideográfica que converge em toda uma diversidade (e toda uma serialidade) de «corpos, depósitos, traços, signos ou pistas» – motivo, aliás, para uma boa parte do fascínio pelos arquivos desde o século XIX. Numa palavra, os arquivos remetem de modo muito direto para um substrato microfísico da realidade. Ora, na medida em que se distinguem como universos saturados de detalhe, os arquivos permitem objetivar o poder no seu próprio funcionamento, na sua operacionalização diária e mundana, na sua ubíqua «ordinariedade»: eles permitem-nos ver que «o poder é ordinário». Em suma, a questão do poder nos arquivos está longe de se esgotar num qualquer «enfoque romântico sobre os desprivilegiados»; mais do que isso, os arquivos

⁸³ STOLER, 2002, «Colonial Archives and the Arts of Governance», p. 101.

⁸⁴ STOLER, 2002, «Colonial Archives and the Arts of Governance», pp. 102-103.

são «um meio singular de tornar visível a própria questão do poder»: eles alargam o problema da memória ao reduto da quotidianidade⁸⁵.

Se as linhas de problematização que temos destacado equacionam de forma decisiva o arquivo com o silêncio e o esquecimento (a hipomnese), não menos certo é que as mesmas nos confrontam com o desafio da reinvenção do modo como perseguimos nos arquivos a memória. Essa reinvenção não será seguramente possível se não olharmos para o esquecimento com uma certa normalidade e se não tentarmos objetivá-lo. Como propõe Monica Wehner, às «tipologias da memória» é necessário contrapor as «tipologias do esquecimento»⁸⁶. Numa perspetiva de distanciamento em relação à psicanálise e à sua típica apropriação do esquecimento como repressão, aquele pode ser visto como «um processo necessário de ordenação da memória» e como um meio de retenção da própria informação: «esquecer alguns aspetos do passado pode ser uma forma [...] de recordar outros»; desde logo porque a mente – exatamente como todo e qualquer arquivo – tem uma capacidade limitada de armazenamento de informação, sem a qual, ou a partir da qual, se criaria uma situação de caos e «fragmentação ou distorção do self»⁸⁷. Em suma, o esquecimento é – também – uma condição e um instrumento da memória e da identidade, tal como os silêncios do arquivo são uma condição da memória histórica e dos processos coletivos de identificação que lhe poderão estar eventualmente associados. Chegados aqui, à conclusão de que «o esquecimento é simplesmente o funcionamento normal da memória»⁸⁸, não podemos evitar posicionar-nos naquele que nos parece ser, por excelência, o domínio de inquirição dos arquivos na ótica da sua relação com a história: a história social, ou a sociologia histórica, das práticas mnemónicas. Mas antes de falarmos, muito brevemente, sobre memória, falemos de fantasmas.

Para bem e para o mal, o espaço de problematização do arquivo é marcado e alimentado por metáforas. Nesse espaço, a par do silêncio, a metáfora da espectralidade é recorrente. A origem desta quase regularidade discursiva reside, mais uma vez, em Jacques Derrida, para quem, e por motivos que julgamos já explanados no ponto anterior, «a estrutura do arquivo é *espectral*»⁸⁹. Num substrato de questionamento

⁸⁵ OSBORNE, 1999, «The ordinariness of the archive», pp. 58-59.

⁸⁶ WEHNER, 2010, «Typologies of Memory and Forgetting among the Expatriates of Rabaul».

⁸⁷ WEHNER, 2010, «Typologies of Memory and Forgetting among the Expatriates of Rabaul», pp. 70-71. Note-se que a associação negativa entre memória (ou esquecimento) e repressão ocupa um lugar central na psicanálise e também nas propostas de Jacques Derrida acerca do arquivo em *Archive Fever* (cf. *supra*, ponto 2).

⁸⁸ WEHNER, 2010, «Typologies of Memory and Forgetting among the Expatriates of Rabaul», p. 72.

⁸⁹ Essa estrutura corresponde mesmo a um «*a priori* espectral: nem presente nem ausente 'na carne' ['in the flesh'], nem visível, nem invisível, um traço referindo-se sempre a um outro cujos olhos jamais

histórico-social, a metáfora dos espectros no arquivo tem sido utilizada para designar os grupos e os agentes sociais apagados das narrativas oficiais da memória – por exemplo em contexto colonial –, ou ‘simplesmente’ silenciados por via da tradução documental dos diferenciais de poder vigentes a montante dos sistemas de informação arquivísticos. É, digamos, da ‘presença’ destes espectros no arquivo que resulta todo o debate arquivístico dos últimos anos em torno do princípio da proveniência. Mas apesar da metáfora e da sua natureza etérea, o que nos parece importante reter é o facto de os fantasmas do arquivo resultarem de processos históricos concretos. É a essa concretude da fantasmagoria arquivística que por exemplo alude J.J. Ghaddar, quando remonta «o desaparecimento discursivo ou a espectralização» no espaço arquivístico dos povos indígenas da América do Norte ao «projeto político de removê-los da terra» ou de afastá-los do território tomado pelos colonizadores europeus⁹⁰. Seja como for, é manifesto que, no campo pluridisciplinar dos saberes do arquivo, o conhecimento sistemático dos processos políticos e sociais que subjazem à espectralidade arquivística está largamente por empreender. A uma tipologia do esquecimento arquivístico, ela própria ainda mal articulada na literatura, haveria talvez que fazer corresponder uma tipologia da espectralidade.

De todos os fantasmas do arquivo, há pelo menos um que tem uma forma bastante familiar: o arquivista. A espectralização do arquivista tem, ela própria, uma história específica, tendo emergido, desde finais do século XIX, no quadro do processo de sedimentação do seu papel social e do seu *ethos* profissional. Esse processo conduziu à especialização do arquivista numa função particular: a recuperação de uma ordem original dos documentos como técnica de objetivação e reflexo «de alguma realidade ou ‘verdade’ acerca do [seu] criador»⁹¹. Claro, e como já referimos atrás, o papel e a função do arquivista foram construídos no âmbito do paradigma positivista dos arquivos e da história, para o qual a neutralidade do arquivista é um instrumento da afirmação do arquivo como ‘laboratório’ e como garante da validação científica do saber historiográfico. Essa pretensa neutralidade assegura ao arquivista a função de ligação da «mente e [das] atividades dos criadores aos investigadores, que por sua vez interpretam os conteúdos [dos] documentos»⁹². A emergência da arquivística desde finais do século XIX como

podem ser encontrados (DERRIDA, 1995, «Archive Fever: a Freudian Impression», p. 54). Claro, a metáfora da espectralidade é uma regularidade da própria obra de Derrida e está plasmada no título do seu *Spectres de Marx*.

⁹⁰ GHADDAR, 2016, «The Spectre in the Archive: Truth, Reconciliation, and Indigenous Archival Memory», p. 19.

⁹¹ COOK e SCHWARTZ, 2002, «Archives, Records, and Power: From (Postmodern) Theory to (Archival) Performance», p. 174.

⁹² COOK e SCHWARTZ, 2002, «Archives, Records, and Power: From (Postmodern) Theory to (Archival)

ciência eminentemente descritiva e alicerçada no mito da neutralidade do arquivista é, assim, apenas o outro lado de um mesmo processo que, mais ou menos desde a mesma altura, conduziu à afirmação da história como ciência empiricista «direcionada para a acumulação de factos e não para a elaboração de conceitos»⁹³. Reside aqui, e mais precisamente na posição auxiliar e subalterna, no campo social do conhecimento, da arquivística em face da história, o lastro concreto de materialidade deste outro fantasma do arquivo. O arquivista vê-se, assim, investido de um saber assético; é-lhe vedada a contaminação do documento com interpretações (por forma a não perturbar o valor do documento como evidência), exatamente do mesmo modo que ao técnico de laboratório se assegura, através do uso de luvas e máscaras, a imperturbabilidade do processo químico ou biológico observado. Na nossa opinião, que esta visão global dos arquivos e, particularmente, dos arquivos históricos permaneça hoje praticamente indisputada em Portugal, será talvez testemunho, antes de mais, da persistência e da tradução, de um ponto de vista institucional, de uma certa visão arcaizante e fechada da própria disciplina histórica no quadro das ciências sociais⁹⁴.

Enredado nesta malha histórica de usos e solicitações pragmáticas, o arquivista espectraliza-se no arquivo. A literatura procedimental sobre os arquivos e uma boa parte da chamada teoria arquivística são, no fundo, o decreto e a codificação dessa espectralidade. Figura tão discreta, neutra e desinteressada como interveniente, o arquivista cria o documento tanto quanto o disseca. Naturalmente, ele cria-o e recria-o no movimento mesmo dessa dissecação. O arquivista é, assim, mais um dos múltiplos autores das «narrativas tácitas do poder e do conhecimento» que povoam todo e qualquer arquivo⁹⁵. Fantasmagórico, ele junta-se no documento a todas as outras proveniências invisíveis ou silenciadas. Mas a espectralidade do arquivista não é simplesmente um epifenómeno da mundividência positivista da história. Ela é uma constante do ofício da informação. Se traçássemos a genealogia dessa espectralidade, teríamos de recuar pelo menos um milénio, para encontrarmos nos cartulários e nos arquivos monásticos da Europa os primórdios da percepção de que o presente não tem de ser uma continuação do passado, e a ideia de que os fragmentos sobreviventes deste podem ser dispostos numa nova ordem, ao sabor da liberdade individual dos guardiões da memória e dos seus interesses mais terrenos⁹⁶.

Performance», pp. 174-175.

⁹³ BUCCI, 1992, citado por COOK, 1997, «What is Past is Prologue [...]», p. 25.

⁹⁴ Cf. CURTO, 2017, «A sociologia histórica em Portugal: depoimento, crítica e história».

⁹⁵ KETELAAR, 2001, «Tacit Narratives: The Meanings of Archives», p. 132.

⁹⁶ Cf. GEARY, 1994, *Phantoms of Remembrance: Memory and Oblivion at the End of the First Millenium*.

4. O Arquivo e a Memória Social ou Coletiva: Para uma Sociologia Histórica das Práticas Mnemónicas

A recente valorização teórica multidisciplinar do arquivo apela, na nossa opinião, a uma reinterpretação da história dos arquivos a partir – entre outras – da problemática da memória social e coletiva. Se, como têm afirmado desde finais do século passado tantos dos mais insignes arquivistas na aldeia global (Nesmith, Cook, Ketelaar, Harris, Brothman – para nomear apenas alguns daqueles que têm aqui sido citados), o conhecimento dos arquivos começa na análise da sociedade, então o conhecimento da história dos arquivos depende, quase logicamente, da análise da memória social ou coletiva. Parece-nos principalmente que essa relação entre arquivo e memória coletiva constitui um enquadramento relevante para o resgate da historicidade específica das práticas arquivísticas. Uma historicidade que não existe em abstrato e desconexa do tecido social (como parecem sugerir muitos dos exercícios genéricos de historicização do arquivo tradicionalmente propostos no âmbito das ciências documentais e da arquivística), e que, se perspetivada a partir de algumas das ferramentas de pesquisa disponibilizadas pelo ainda emergente campo de estudos da memória social e coletiva, poderá representar uma integração mais substancial e ativa do arquivo na dinâmica do processo histórico. O investimento na relação entre arquivo e memória coletiva justifica-se ainda pelo facto de, quer no meio institucional dos arquivos, quer fora dele, se estabelecer com frequência uma espécie de curto-circuito entre arquivo, memória coletiva e memória histórica – como se estes termos se dispusessem de forma acrítica numa unidade global e implicassem, aprioristicamente, todo um conjunto de equivalências⁹⁷. Assim, neste ponto pretendemos facultar algumas notas ilustrativas e justificativas de possibilidades de convergência entre as problemáticas do arquivo e da memória coletiva: dois espaços de reflexão e investigação com origens bem diversas, mas que, em conjunto, formam um campo de pesquisa que nos parece largamente comum e repleto de pontos de contacto – tanto quanto ainda relativamente inexplorado.

Um dos autores que contribuíram de forma mais significativa para inscrever o arquivo na problemática da memória coletiva foi, sem dúvida, Pierre Nora e o seu projeto colossal dos *Lieux de Mémoire*. Mais do que pelo alerta de que os arquivos se institucionalizaram na Europa desde o século XIX como uma espécie de arquétipo dos lugares de memória, o contributo de Nora para a inscrição do arquivo na problemática da memória coletiva prende-se, na nossa opinião, com o realçar da historicidade da

⁹⁷ Cf. BROTHMAN, 2001, «The Past that Archives Keep: Memory, History, and the Preservation of Archival Records», pp. 50-51.

própria memória. Com efeito, a memória e o modo como percebemos o passado corresponde a uma experiência social dinâmica e suscetível de variação entre contextos históricos. É essa a implicação maior da proposta, a que aludimos brevemente atrás⁹⁸, de um desalinhamento entre memória e história na época contemporânea e da ideia de que a aceleração do tempo histórico no quadro contemporâneo conduziu à diluição do passado como referente sociocultural de primeira importância – ou a um «colapso fundamental da memória» no pano de fundo de «um movimento em direção à democratização e à cultura de massas numa escala global»⁹⁹. Ora, de certo modo esta análise de Nora permite-nos inscrever o arquivo num espaço de questionamento tradicionalmente sociológico, que, aliás, desde os seus primórdios mobilizou a sociologia enquanto ciência histórica. Referimo-nos à possibilidade de inserir o arquivo no âmbito do processo de modernização, como uma consequência da diluição de modelos de organização social tradicionais ou como um produto do advento de novas formas de solidariedade social, de tipo orgânico, características das sociedades industriais¹⁰⁰. Assim, podemos ver a afirmação histórica e institucional do arquivo, e a sua participação nas transformações da experiência social da memória, como consequência da dissolução do que Durkheim designa de «tipo coletivo», ou, mais exatamente, como reação a essa dissolução. O arquivo desempenharia, então, a função cultural de, precisamente por via do trabalho de religação entre memória e história, reconduzir o indivíduo ao coletivo. Afinal, essa memória de que fala Nora, outrora vivenciada e cujo colapso o arquivo vem compensar, é, por definição, coletiva. Mesmo quando assente no indivíduo (e na sua mitificação) foi fundamentalmente o coletivo que essa memória promoveu ao longo da história: por exemplo, um sentido coletivo de pertença por via do elogio histórico de heróis ancestrais e da construção de mitos fundadores, ou um dado padrão de relações sociais (um *status quo* coletivo) por via da fundação do *status* do indivíduo na nobreza das origens familiares e na linhagem – leia-se, na sua memória genealógica.

⁹⁸ Ver *supra*, ponto 1.

⁹⁹ NORA, 1989, «Between Memory and History: *Les Lieux de Mémoire*», p. 7.

¹⁰⁰ Cf. DURKHEIM, 1984, *A Divisão do Trabalho Social*, vol. I, cap. III. Na célebre divisão de Durkheim entre solidariedades mecânica e orgânica, a primeira é associada às sociedades tradicionais e reporta-se às formas de coesão social que são garantidas privilegiadamente pelo «tipo coletivo», i.e., o «conjunto mais ou menos organizado de crenças e de sentimentos comuns a todos os membros do grupo»; nestes contextos, as formações sociais movem-se mecanicamente, ou seja, «em conjunto», sobrepondo-se o coletivo ao individual e a consciência coletiva à personalidade (a consciência individual «é uma simples dependência do tipo coletivo e segue-lhe todos os movimentos»). Já no caso da solidariedade orgânica, a coesão social é produzida pela divisão do trabalho e deriva das relações de interdependência promovidas pela especialização funcional; neste caso, unidade social e individuação coexistem, pelo que a sociedade se assemelha a um organismo e distingue-se pela capacidade de conciliar o movimento do conjunto com os movimentos próprios e específicos de cada uma das partes (DURKHEIM, 1984, *A Divisão do Trabalho Social*, vol. I, pp. 150-153).

Neste sentido, o *archival turn* da segunda metade do século XIX, emergente no contexto cultural e intelectual imediato do positivismo, teria como contexto sociológico mais vasto o primeiro impulso das sociedades industriais, promotor de um começo de erosão das estruturas sociais tradicionais associadas ao predomínio do coletivo sobre o indivíduo e de um desalinhamento inicial entre memória e história. Do mesmo modo, o atual *archival turn* – em cuja profusão multidisciplinar de discursos sobre o arquivo nos temos vindo a debruçar – parece-nos ter como pano de fundo as sociedades pós-industriais e a intensificação a que nelas se assiste dessa fratura entre presente e passado, entre memória e história. A natureza arquivística da memória encontrar-se-ia neste contexto ainda mais exacerbada, potenciada pela própria desmaterialização dos suportes documentais e pelo crescimento exponencial da circulação da informação arquivística em ambiente virtual, promotores de uma disponibilidade imediata, como diz Nora, da «materialidade do traço» e da «visibilidade da imagem» de uma memória manifestamente perdida¹⁰¹ – i.e., comprometida por uma experiência social cada vez mais atomizada e destituída de referentes coletivos.

O autor que efetivamente fundou o campo de estudos da memória social e coletiva é o sociólogo Maurice Halbwachs, aluno de Durkheim e de quem Pierre Nora pode ser visto como o «verdadeiro herdeiro»¹⁰². A utilidade primeira de Halbwachs para a problemática do arquivo reside na disponibilização de um quadro teórico de desfundamentação de uma certa noção monolítica da memória coletiva, de ampla circulação cultural e, inclusive, política, e para a qual a representação patrimonial dos arquivos não deixa de contribuir, designadamente por via da interpretação dos arquivos enquanto repositórios dessa memória. Halbwachs – contemporâneo de Jenkinson – torna inevitável que, por via do enfoque na natureza social e coletiva da memória, se aproprie os arquivos a partir de uma lente radicalmente diferente, em tudo distante da ingenuidade com que os precursores da arquivística por esta mesma altura perspetivavam os arquivos como veículos passivos e neutros do conhecimento histórico. Mais do que uma experiência individual, a memória, segundo Halbwachs, é coletiva, e diferencia-se em função dos seus «quadros sociais»¹⁰³. Numa demarcação intencional relativamente à psicologia de Freud e, em parte, ao subjetivismo de Bergson, para Halbwachs é «impossível os indivíduos recordarem-se de forma coerente

¹⁰¹ NORA, 1989, «Between Memory and History: *Les Lieux de Mémoire*», p. 13.

¹⁰² OLICK, ROBBINS, 1998, «Social Memory Studies: From 'Collective Memory' to the Historical Sociology of Mnemonic Practices», p. 121.

¹⁰³ Ver HALBWACHS, 1992, *On Collective Memory* (que inclui tradução de *Les cadres sociaux de la mémoire*, publicado em 1925).

e persistente fora dos seus contextos de grupo»¹⁰⁴. Estes contextos consistem nos quadros de pertença e enquadramento coletivo da experiência que facultam aos indivíduos os materiais onde se apoiam as suas memórias individuais. São também esses quadros que dirigem as operações de memorialização e o modo como os indivíduos se recordam de determinados acontecimentos e se esquecem de outros¹⁰⁵. Podemos então afirmar que a dimensão coletiva da memória se concretiza fundamentalmente em duas instâncias distintas: no modo como os grupos facultam a especificidade das experiências e as convenções que são objeto da memória individual; e no modo como esses mesmos grupos orientam a própria ativação de práticas mnemónicas. Bem entendido, a memória individual não se confunde com a memória coletiva, mas o seu funcionamento depende de instrumentos facultados pelo grupo, desde logo «as palavras e as ideias, que o indivíduo não inventou e que tomou de empréstimo ao seu meio»¹⁰⁶.

A memória coletiva é, assim, fundamentalmente plural. Por conseguinte, não podemos falar de *uma* memória coletiva, mas de tantas quantos os grupos sociais que enquadram uma relação orgânica com o passado no âmbito dos processos de afirmação da sua própria identidade. Ou melhor, se podemos, ainda assim, falar de uma memória coletiva geral, por exemplo nacional, ou eventualmente regional, é apenas para invocar um quadro «bastante largo» e «distante do indivíduo» e com o qual a sua história individual tem «poucos pontos de contacto»¹⁰⁷. Em suma, a memória coletiva, específica e diferenciada, designa o «passado ativo» que consubstancia a identidade do grupo; e o grupo, por sua vez, representa o quadro concreto de possibilidade de experiências que alimenta a experiência específica da partilha e da produção de memórias. Estas constituem «marcadores efetivos da diferenciação social», pelos quais os grupos constroem o passado em função de objetivos e interesses no presente¹⁰⁸.

¹⁰⁴ OLICK, ROBBINS, 1998, «Social Memory Studies [...]», p. 109; MARCEL, MUCCHIELLI, 2008, «Maurice Halbwachs's mémoire collective», pp. 141-143; OLICK, 2008, «From Collective Memory to the Sociology of Mnemonic Practices and Products», pp. 153-154; cf. HALBWACHS, 1968, *La Mémoire Collective*, pp. 82-92.

¹⁰⁵ OLICK, 1999, «Collective Memory: The Two Cultures», p. 335. Para ilustrar o modo como o grupo orienta a experiência concreta da memória, Halbwachs convoca inúmeras vezes o exemplo da infância e a forma como as memórias da e na infância são dirigidas pelo meio envolvente, desde logo o familiar (cf. HALBWACHS, 1992, *On Collective Memory*, pp. 54-83; HALBWACHS, 1968, *La Mémoire Collective*, pp. 1-33).

¹⁰⁶ HALBWACHS, 1968, *La Mémoire Collective*, p. 36.

¹⁰⁷ HALBWACHS, 1968, *La Mémoire Collective*, p. 67. O realce da diversidade e da pluralidade da memória coletiva consiste na principal demarcação de Halbwachs relativamente a Durkheim e à sua visão tendencialmente unitária da sociedade e das representações coletivas (OLICK, 2008, «From Collective Memory to the Sociology of Mnemonic Practices and Products», p. 157).

¹⁰⁸ OLICK, ROBBINS, 1998, «Social Memory Studies [...]», pp. 111, 128. É fácil perceber que provavelmente reside em *La Mémoire Collective* (e particularmente no seu capítulo segundo: «Mémoire collective et

Na nossa opinião, a problemática da memória coletiva convoca o arquivo de duas formas. Por um lado, obriga-nos a olhar para o arquivo como arena de negociação da história e como plataforma de fixação da memória coletiva, não de uma comunidade abstrata e relativamente alargada, mas dos grupos que detêm a capacidade de entrar no arquivo e figurar nas suas inscrições. Num certo sentido, é a essa tarefa que, sobretudo desde *Archive Fever*, uma grande parte das linhas de problematização do arquivo, que aqui temos focado, se têm dedicado. Por outro lado – e é neste aspeto que nos gostaríamos agora de centrar –, a problemática da memória coletiva obriga-nos a olhar para o arquivo na historicidade específica das práticas mnemónicas e, em última instância, como quadro social da memória.

Estamos em crer que algumas razões específicas concorrem, no imediato, para a utilidade da convergência entre as problemáticas do arquivo e da memória social ou coletiva. Em primeiro lugar, o estudo da memória social permite recuperar e revalorizar o traço arquivístico tradicional e integrar a dimensão hipomnésica do arquivo. Com efeito, uma boa parte da recente redescoberta multidisciplinar do arquivo tem privilegiado, como vimos, uma visão mais ampla e heterogénea do arquivo, suscetível de integrar todo um conjunto de vozes e proveniências normalmente arredadas dos arquivos institucionais, particularmente associados à administração do Estado. Ora, como afirma lapidarmente Barbie Zelizer, «o estudo da memória coletiva valoriza a negação do ato» (da memória). Para o conhecimento da memória em termos gerais quanto da memória coletiva, o esquecimento é uma componente decisiva; ele não corresponde simplesmente a um défice ou a um defeito da informação produzida, registada ou preservada, mas a uma atividade significativa que «consiste numa prática tão estratégica e central quanto a própria memória»¹⁰⁹. Que fragmentos do passado são relevados pelo arquivo e que fragmentos são por ele descorados e esquecidos? De que modo a memória de determinados fragmentos da história evolui e se altera ao longo do tempo? Em que circunstâncias históricas determinados objetos mnemónicos – i.e., fragmentos específicos do passado recuperados por atos de memorialização –

mémoire historique») a inspiração principal para a distinção de Nora entre memória e história. No entanto, urge precisar que, na malha concetual que envolve as ideias gerais de memória e história, Halbwachs diferencia a memória coletiva de um conjunto de conceitos a ela intimamente associados: (1) a memória individual ou autobiográfica, que consiste na «memória dos acontecimentos por nós experienciados»; (2) a memória histórica, que consiste na «memória que chega até nós através dos documentos históricos»; (3) a história, que consiste no «passado recordado com o qual nós já não temos uma relação 'orgânica'» e que «já não constitui uma parte importante das nossas vidas». Por sua vez, a memória histórica pode ser «orgânica» (por exemplo, se recuperada coletivamente através de expedientes como as comemorações e as efemérides no âmbito da construção de uma memória nacional) ou «morta» (preservada apenas no arquivo) (OLICK, ROBBINS, 1998, «Social Memory Studies [...]», p. 111.)

¹⁰⁹ ZELIZER, 1995, «Reading the Past Against the Grain: The Shape of Memory Studies», p. 220.

são erradicados da inscrição arquivística? A resposta a estas questões, para além de contribuir para o isolamento das tradições historicamente específicas da memória e da sua componente social e normativa, permite-nos laborar no esforço da reconstituição das «comunidades mnemónicas» que subjazem aos atos mnemónicos individualmente considerados¹¹⁰. A importância do silêncio e do esquecimento arquivísticos – centrais nas interpretações mais recentes do arquivo – aponta, portanto, segundo nos parece, para um espaço prolífico de confluência entre os arquivos e os estudos da memória coletiva.

Em segundo lugar, o arquivo contém o potencial heurístico e empírico de afirmar-se como observatório privilegiado da dimensão processual da memória. Diz-nos Halbwachs: a memória coletiva «é uma corrente de pensamento contínua, de uma continuidade que não tem nada de artificial, uma vez que ela preserva do passado apenas aquilo que está ainda vivo ou que é capaz de viver na consciência do grupo que a mantém»¹¹¹. A sucessão das gerações é a mecânica dessa continuidade da memória coletiva, sendo amplas as evidências que apontam para uma diferenciação geracional da memória¹¹². É a sobreposição e a convivência temporalmente circunscritas das diferentes gerações que asseguram ao longo do *continuum* histórico uma transformação permanente da memória coletiva – mesmo que essa transformação seja normalmente lenta e mais ou menos indiferente às perturbações históricas aparentes no espectro social e político. Assim, «o processo torna-se uma pré-condição da partilha da memória»¹¹³. Dificilmente um objeto mnemónico se impõe socialmente sem uma repetição e uma recorrência ao longo do tempo e do espaço. A memória coletiva pressupõe, portanto, uma «socialização mnemónica», que é antes de mais assegurada pela família: o contexto das primeiras experiências de memorialização do indivíduo, cujas subseqüentes interpretações – verdadeiras memorializações da memória – não passam de reinterpretações da experiência original da memória familiar¹¹⁴. São duas as razões que, na nossa opinião, concorrem para que o arquivo – na aceção simultaneamente estrita (ou institucional) e lata que temos utilizado aqui¹¹⁵ – configure uma unidade de análise relevante para o isolamento da dimensão processual da memória coletiva. Em primeiro lugar ele é, por definição, instância de circulação da memória (o arquivo como *lugar de memória*) e, como tal, pode ser perspetivado como contexto de operações

¹¹⁰ ZERUBAVEL, 1996, «Social Memories: Steps to a Sociology of the Past», pp. 285-291.

¹¹¹ HALBWACHS, 1968, *La Mémoire Collective*, p. 70.

¹¹² OLICK, ROBBINS, 1998, «Social Memory Studies [...]», p. 123.

¹¹³ ZELIZER, 1995, «Reading the Past Against the Grain: The Shape of Memory Studies», p. 220.

¹¹⁴ ZERUBAVEL, 1996, «Social Memories: Steps to a Sociology of the Past», p. 286.

¹¹⁵ Cf. *supra*, nota n.º 19.

de socialização mnemónica e de infusão contínua de memória no tecido social; em segundo lugar, a serialidade e a repetição, enquanto marcas distintivas profundas da própria informação arquivística, facultam um instrumento de captação das modulações históricas da memória. Tal como na memória coletiva, na inscrição arquivística tendem a fundir-se, no plano diacrónico, a continuidade e a mudança. Os documentos de arquivo, na sua temporalidade característica, particularmente as longas séries arquivísticas, que por vezes se espraiam em contínuo ao longo do tempo por muitas décadas ou mesmo séculos de história, replicam, em certa medida, a temporalidade da memória coletiva, e constituem uma malha particularmente adequada para surpreender o carácter processual das práticas mnemónicas. Nessa medida, o arquivo pode desempenhar o papel de antídoto para um problema apontado aos estudos da memória coletiva: o seu enfoque estático, a apetência para circunscrever a análise a frações isoladas de espaço-tempo¹¹⁶.

Terceira razão para a convergência entre as problemáticas do arquivo e da memória coletiva: a materialidade do arquivo é um antídoto para o carácter evasivo da memória. Expliquemo-nos: a dificuldade em definir e isolar a memória consiste num desafio que confronta normalmente a sua análise, talvez sobretudo quando a mesma se direciona para os substratos subjetivo e individual da memória¹¹⁷. Uma das formas pelas quais os estudos da memória coletiva lidam com este problema consiste no realce da materialidade da memória. Com efeito, a memória coletiva tende a exteriorizar-se e a materializar-se em toda uma série de artefactos. Ela tem «textura» e «corporiza-se em diferentes formas culturais»¹¹⁸. A revisão do conceito de arquivo sob os auspícios do pós-colonialismo, a que nos referimos atrás, incide precisamente, de forma privilegiada, em toda uma série de marcadores culturais e materiais da memória coletiva. Numa linha de pesquisa diferente, designadamente sociológica, são neste âmbito hoje canónicas as leituras do próprio Halbwachs, que releva o modo como a memória coletiva se materializa no espaço – o qual constitui, para o grupo, um quadro específico da memória; ou de Paul Connerton, para quem a memória coletiva se materializa no corpo e nas práticas corporais¹¹⁹. Ora, o arquivo, não somente na sua aceção cultural e material

¹¹⁶ ZELIZER, 1995, «Reading the Past Against the Grain: The Shape of Memory Studies», pp. 220-221.

¹¹⁷ Cf. WEHNER, 2014, «Typologies of Memory and Forgetting [...]».

¹¹⁸ ZELIZER, 1995, «Reading the Past Against the Grain: The Shape of Memory Studies», p. 232.

¹¹⁹ HALBWACHS, 1968, *La Mémoire Collective*, pp. 130-167; CONNERTON, 1999, *Como as Sociedades Recordam*, pp. 83-119. Para Halbwachs, a natureza espacial e material da memória coletiva prende-se com o facto de o grupo representar e corporizar a sua identidade nas formas materiais e espaciais relativamente estáveis que o rodeiam. Por exemplo, os alojamentos familiares austeros da classe operária são uma reminiscência da fábrica e uma representação da condição social desfavorecida deste grupo social; já os bairros urbanos «regulam a forma pela qual os seus habitantes se juntam,

mais lata, mas também na sua aceção tradicional, consiste num reduto privilegiado de materialização histórica da memória. Por isso, no arquivo encerra-se um potencial de mitigação dos problemas de sustentabilidade e precisão dos estudos da memória coletiva. Enquanto repositório de produtos e práticas mnemónicas concretas, o arquivo presta-se a responder a um dos principais desafios do estudo da memória coletiva: a sua «definição operacional precisa», em alternativa à reificação ou ao emprego totalizador do conceito¹²⁰.

Ao contrário da memória coletiva, o conhecimento historiográfico desenvolve com o passado uma relação distanciada, garantida, precisamente, pelos documentos de arquivo e pela sua função de veículos da memória histórica. Segundo Brien Brothman, é por este motivo, e, portanto, pela associação dos arquivos à história, que estes figuram apenas marginalmente na literatura sobre a história da memória¹²¹. Por outro lado, afigura-se-nos que o impacto e a receção do projeto monumental de Nora sobre os lugares de memória, direccionado para a análise da sua participação na construção da identidade e da memória nacional francesas, estimularam que, desde então, se tenha tendencialmente limitado ao período contemporâneo a exploração da relação histórica do arquivo com a memória coletiva. Mas, como é óbvio, aquela relação histórica não tem como pressuposto ou condição necessária a institucionalização dos arquivos, e remonta à tímida propagação da literacia e à progressiva adoção da escrita como suporte da memória, pelo que podemos situá-la no início do período moderno ou mesmo na época medieval.

Note-se que a história dos arquivos, num sentido geral, tem sido apontada como uma janela para «novas formas de pensar acerca das mais importantes tendências históricas do mundo moderno inicial e do mundo moderno», designadamente «a emergência do estado-nação, o desenvolvimento das esferas pública e privada, [ou] o crescimento de instituições globais» na sua relação com os projetos imperiais europeus¹²². Assim, a organização e os instrumentos de recuperação de informação dos arquivos no período moderno podem indicar-nos «homologias estruturais com os sistemas mais vastos» em que os arquivos se inseriam, espelhar dinâmicas históricas ao nível dos diferentes regimes de governação e iluminar transformações ao nível da organização institucional do Estado e dos «regimes de conhecimento político»

os seus movimentos no espaço, o que influencia os gostos, as necessidades e os hábitos» (MARCEL, MUCCHIELLI, 2008, «Maurice Halbwachs's mémoire collective», p. 145).

¹²⁰ OLICK, 2008, «From Collective Memory to the Sociology of Mnemonic Practices and Products», p. 158.

¹²¹ BROTHMAN, 2001, «The Past that Archives Keep [...]», p. 60

¹²² YALE, 2015, «The History of Archives: The State of the Discipline», pp. 333, 336-341.

vigentes¹²³. Em parte, a exploração incipiente da história social dos arquivos e da memória no período moderno prende-se provavelmente com o facto de a aparelhagem concetual dos arquivos refletir categorias definidas em função do próprio contexto da institucionalização e da profissionalização dos arquivos. Como afirma Alexandra Walsham, a divisão entre documentos («records») e arquivos revela-se «problemática quando aplicada ao período moderno inicial, pois na prática a relação entre estas duas categorias era complexa e fluida»¹²⁴. Se, por um lado, na Europa dos séculos XVI e XVII os arquivos e os documentos tinham uma conotação pública, oficial e jurídico-legal predominante, por outro, não deixavam de ser utilizados, etimologicamente e concetualmente, para designar «outros tipos de repositórios e de documentos em que a informação, o conhecimento e a memória eram armazenados, incluindo bibliotecas, museus e as coleções de manuscritos, livros, mapas e objetos que os compunham»¹²⁵. A produção e a conservação de documentos de arquivo no período moderno têm um carácter dinâmico que remete ainda para a relativa sobreposição e deficitária diferenciação das esferas pública e privada, patente na frequência da circulação e da apropriação privada e familiar de documentos produzidos na orla do Estado, mas utilizados em proveito pessoal por detentores de cargos públicos, especialmente o alto oficialato régio¹²⁶.

A inquirição dos arquivos sob o prisma dos estudos da memória social e coletiva tem o potencial de conferir outro tipo de sistematicidade e solidez teórica ao conhecimento dos arquivos e da sua história. Num tal quadro, podemos olhar para o arquivo, por

¹²³ HEAD, 2007, «Mirroring governance: archives, inventories and political knowledge in early modern Switzerland and Europe», p. 319. Neste interessante estudo sobre os inventários do arquivo da cidade de Lucerna entre os séculos XV e XVIII, Randolph Head propõe que as «transformações estruturais» na «lógica organizacional» dos inventários – inicialmente listas de documentos, depois mapas e, finalmente, índices – refletem «mudanças na relação percecionada da cidade com os seus documentos e com o seu ambiente» social e político.

¹²⁴ WALSHAM, 2016, «The Social History of the Archive: Record-Keeping in Early Modern Europe», p. 13.

¹²⁵ WALSHAM, 2016, «The Social History of the Archive: Record-Keeping in Early Modern Europe», p. 14-15.

¹²⁶ YALE, 2015, «The History of Archives: The State of the Discipline», pp. 337-340. Sobre o problema dos arquivos no período pré-moderno, ver ROSA, 2017, «Reconstruindo a produção, documentalização e conservação da informação organizacional pré-moderna [...]». Sob pena de estender este ensaio para além do que se nos afigura razoável, não é esta a oportunidade para compulsar a emergente bibliografia sobre história social da memória e dos arquivos no período moderno. No entanto, não podemos deixar de mencionar alguns números especiais de publicações periódicas dedicados recentemente ao assunto, nomeadamente o vol. 10 da *Archival Science* (de setembro de 2010), sobre «Archival Knowledge Cultures in Europe, 1400-1900» (<https://link.springer.com/journal/10502/10/3>), o vol. 46, n.º 3 da *European History Quarterly* (de julho de 2016), sobre «Archival Transformations in Early Modern Europe» (<https://journals.sagepub.com/toc/ehqb/46/3>), e o vol. 230, suplemento 11, da *Past & Present* (de novembro de 2016), sobre «The Social History of the Archive: Record-Keeping in Early Modern Europe» (https://academic.oup.com/past/issue/230/suppl_11).

exemplo, como domínio de «transitividade mnemónica»¹²⁷. Ou seja, o arquivo não é apenas um repositório de objetos mnemónicos – que podemos entender como as práticas concretas de memorialização ou de recuperação do passado cristalizadas nos documentos de arquivo; ele assegura também o trânsito dos objetos mnemónicos ao longo do tempo. Essa função não se prende simplesmente com o facto de, por via da conservação documental, o arquivo possibilitar a circulação dos documentos no plano diacrónico. Mais importante do que isso, a transitividade mnemónica tem a ver com o facto de, no contexto arquivístico, os documentos serem objeto de uma constante autorreferencialidade. Por via das técnicas tipicamente arquivísticas da inscrição e da repetição, toda uma profusão de informação autorreferencial é produzida – nos treslados, nas cópias, nos registos, nas súmulas, nas alusões e remissões, nas mais diversas formas de indexação e recuperação de informação. O arquivo é, portanto, o domínio de uma constante reinvenção dos documentos e dos objetos mnemónicos neles contidos; ele assegura, criativamente, o trânsito mnemónico.

Mas a memória coletiva – produzida e recriada no arquivo, ou fora dele – não se presta apenas à imagem de uma maleabilidade infinita do passado. Pelo contrário, o passado resiste também à sua transformação e à sua manipulação. Essa dimensão de inércia do passado tem sido perseguida no âmbito dos estudos da memória coletiva através de conceitos como: «estrutura dos passados disponíveis» – que confronta os indivíduos e os grupos «apenas com alguns passados e que impõe limites à sua transformação», ao mesmo tempo que torna outros passados inacessíveis e insuscetíveis de percepção¹²⁸; «estrutura da escolha individual» do passado – em face da qual «alguns passados são inevitáveis e outros são impossíveis de enfrentar»; ou «estrutura do conflito social sobre o passado» – que implica que o indivíduo nem sempre tenha a possibilidade de decidir que passados recordar ou esquecer¹²⁹. Num exercício de síntese e esquematização particularmente relevante, Jeffrey Olick e Joyce Robbins propõem

¹²⁷ ZERUBAVEL, 1996, «Social Memories: Steps to a Sociology of the Past», p. 291.

¹²⁸ Um exemplo que se nos afigura particularmente ilustrativo deste efeito da estrutura dos passados disponíveis prende-se com o modo como na memória coletiva madeirense a descoberta do arquipélago e o princípio da sua história são invariavelmente associados à chegada dos navegadores portugueses em 1418-1419, ignorando os contactos precedentes ou relegando-os para uma espécie de infra-história. Um exemplo semelhante é o facto de a história dos países que resultam de processos coloniais ser frequentemente reconstituída apenas a partir dos primeiros contactos com as nações europeias colonizadoras, relegando o passado precedente para a condição de uma «pré-história» praticamente esquecida e negligenciável; este fenómeno, que na verdade corresponde a uma prática mnemónica específica, é designado por Eviatar Zerubavel de «partição social do passado» (ZERUBAVEL, 1996, «Social Memories: Steps to a Sociology of the Past», p. 287).

¹²⁹ OLICK, ROBBINS, 1998, «Social Memory Studies [...]», p. 128. O fenómeno da 'espectralização' do arquivo pode em grande medida ser entendido à luz desta dimensão estrutural da disponibilidade e da plasticidade do passado.

seis tipos-ideais da mudança e da persistência mnemónicas, definidos em função da natureza «instrumental», «cultural», ou «inerte» das mesmas. A natureza instrumental da persistência ou da mudança da memória está associada à vontade deliberada, consciente e estratégica dos atores nas suas operações de conservação/manutenção e revisão/transformação do passado; a natureza cultural da persistência/mudança da memória prende-se com o significado e a relevância cultural e simbólica do passado ou com a sua alteração ou perda; a natureza inerte da persistência/mudança da memória está associada ao hábito, à repetição/rotina e à generalização da invocação do passado ou ao seu desuso por simples atrofia ou saturação¹³⁰.

Se o arquivo constitui, genericamente, uma plataforma de circulação e negociação de objetos e práticas mnemónicas, urge precisar que assim é pelo menos em dois níveis distintos. Em primeiro lugar, no sentido que temos aqui invocado: os documentos de arquivo contêm, frequentemente, objetos mnemónicos, ou seja, podem albergar memórias de determinados acontecimentos passados, mais ou menos recuados relativamente ao momento da própria inscrição documental, sendo que tais objetos são, como vimos, relativamente dinâmicos (a memória desses passados transmuta-se ao longo do tempo de acordo com uma dada regularidade, suscetível de análise e reconstituição). Em segundo lugar, todos os documentos de arquivo representam, por definição, práticas mnemónicas; eles cumprem genericamente a função de registo, para efeitos de memória futura, de um qualquer ato ou acontecimento. Ora, o arquivo é aqui relevante para uma análise histórica das práticas mnemónicas em virtude da evolução e da transformação ao longo do tempo das técnicas arquivísticas de registo e memorialização que subjazem à produção documental. Do mesmo modo que as propriedades puramente formais de um documento determinam a informação produzida (lembremo-nos do exemplo, já aqui utilizado, da carta e do *e-mail*, que implicam usos bastante diferentes da escrita e da linguagem), também o arquivo, no singular, enquanto sistema mnemónico, inserido num determinado contexto socio-histórico, determina uma dada especificidade das modalidades e das técnicas de produção da informação. É nesse sentido que podemos dizer que o arquivo é, em si mesmo, um quadro – desta feita, mais do que social, talvez cultural – ou uma tecnologia da memória. Em suma: ao utilizarmos o arquivo para responder ao desafio de conhecer e interpretar a memória no plano histórico, interessar-nos-á «não apenas o *que* é recordado, mas *como*» se recorda¹³¹.

Como se recorda: eis, porventura, a definição fundamental do arquivo.

¹³⁰ OLICK, ROBBINS, 1998, «Social Memory Studies [...]», pp. 129-130.

¹³¹ STOLER, STRASSLER, 2000, «Castings for the Colonial: Memory Work in 'New Order' Java», p. 9.

5. Considerações Finais

Começemos por revelar, não sem ironia, que não iremos transformar estas «considerações finais» numa prática mnemónica e recapitular o que até aqui dissemos ou transmutá-lo na forma de uma «conclusão» – que, no nosso caso, corresponderia, por necessidade, a uma repetição, mesmo que criativa. Afirmemos apenas que a requalificação teórica do arquivo, atualmente em curso nos mais diversos quadrantes disciplinares no seio das ciências sociais e humanas – e que tentámos aqui ilustrar –, é, em si mesmo, um agente e também um objeto de uma transformação profunda da experiência social da memória e do modo como, hoje, a compreendemos. Com efeito, assistimos presentemente, desde logo a partir do campo das neurociências, a uma vincada remodelação dos modelos teóricos que sustentam a nossa compreensão da memória. A análise do funcionamento da memória tem conduzido a uma revisão das componentes do armazenamento, da retenção e da reprodução da informação, e à associação das mesmas a processos complexos que envolvem a seleção, reconstrução, distorção, imprecisão, imaginação e fluidez da informação¹³². Para Freud, que labora num modelo tradicional de memória de *armazenamento*, o problema não está na retenção ou na fixação da memória, mas no acesso à mesma. Toda a psicanálise assenta no pressuposto da possibilidade do acesso à informação reprimida traumáticamente no inconsciente¹³³. Do ponto de vista dos arquivos, pelo contrário, o problema começa logo no armazenamento ou na retenção da informação neles contida, que constitui apenas um fragmento da matéria histórica que, supostamente, aquela informação regista ou documenta. É aí, ao nível do armazenamento, que a ‘repressão’ (e a supressão, como afirma Derrida) da informação se verifica, com todas as conotações que, eventualmente, em termos sociopolíticos, a mesma possa ter no plano histórico. Portanto, para os arquivos, a ‘repressão’ não está fundamentalmente no acesso (se bem que também esteja aí, como vimos quando falámos de fantasmas...), mas antes na fixação ou no armazenamento da memória. Ironicamente, é como se a arquivística aplicada, com todo o seu investimento na elaboração de instrumentos de descrição e de ferramentas de acesso à informação, assentasse numa conceção freudiana – hoje manifestamente desajustada – da memória. O otimismo freudiano relativamente à memória e a ideia de que toda a informação é armazenada e recuperável por via da psicanálise consistem,

¹³² OLICK, 1999, «Collective Memory: The Two Cultures», pp. 340-341; STOLER, STRASSLER, 2000, «Castings for the Colonial [...]», pp. 7-9; FRESHWATER, 2003, «The Allure of the Archive», pp. 743-744; TROUILLOT, 2015, *Silencing the Past: power and the production of history*, pp. 14-16.

¹³³ FRESHWATER, 2003, «The Allure of the Archive», pp. 743.

a seu modo, numa réplica da ingenuidade positivista com que a disciplina histórica enredou os arquivos desde o século XIX. Afinal, a arquivística e a psicanálise são ambas um produto do mesmo século.

Como afirma Helen Freshwater, «parece que o que procuramos no arquivo, como na psicanálise, é, de facto, um objeto perdido»¹³⁴. Uma das respostas para este impasse, do ponto de vista da relação entre arquivos e conhecimento histórico, consiste no acolhimento de novas formas de interrogação dos arquivos e da própria história, na revisão crítica de modelos historiográficos de tipo ideográfico, na centralização de expedientes teóricos e metodológicos de mediação do uso das fontes arquivísticas, na afirmação dos arquivos como ponto focal de um questionamento multidisciplinar e interdisciplinar da história. Se o arquivo não nos deixa ver a história com a nitidez desejada, a única resposta possível é que comecemos por reinventar o nosso olhar sobre o arquivo.

Bibliografia Citada

- ARVATU, Adina, 2011, «Spectres of Freud: The Figure of the Archive in Derrida and Foucault», in *Mosaic*, vol. 44, n.º 4, pp. 141-159.
- BASTIAN, Jeannette A., 2006, «Reading Colonial Records Through an Archival Lens: The Provenance of Place, Space and Creation», in *Archival Science*, vol. 6, pp. 267-284.
- BASTIAN, Jeannette A., 2013, «The records of memory, the archives of identity: celebrations, texts and archival sensibilities», in *Archival Science*, vol. 13, pp. 121-131.
- BELANCIANO, Vítor, 2019.02.18, «Massive Attack: 'Este espectáculo é como uma ópera destes tempos de incerteza'», entrevista a Robert Del Naja, in *Público*, disponível em <https://www.publico.pt/2019/02/18/culturaipsilon/entrevista/massive-attack-espectaculo-opera-tempos-incerteza-1861939>.
- BROTHMAN, Brien, 1998, «Declining Derrida: Integrity, Tensegrity, and the Preservation of Archives from Deconstruction», in *Archivaria*, n.º 48, pp. 64-88.
- BROTHMAN, Brien, 2001, «The Past that Archives Keep: Memory, History, and the Preservation of Archival Records», in *Archivaria*, n.º 51, pp. 48-80.
- BROTHMAN, Brien, 2010, «Perfect present, perfect gift: finding a place for archival consciousness in social theory», in *Archival Science*, vol. 10, pp. 141-189.

¹³⁴ FRESHWATER, 2003, «The Allure of the Archive», p. 745.

- BROWN, Richard, 1997, «Death of a Renaissance Record-Keeper: The Murder of Tomasso da Tortona in Ferrara, 1385», in *Archivaria*, n.º 44, pp. 1-43.
- BUTLER, BEVERLEY, 2009, «'Othering' the archive—from exile to inclusion and heritage dignity: the case of Palestinian archival memory», in *Archival Science*, vol. 9, pp. 57-69.
- CONNERTON, Paul, 1999, *Como as Sociedades Recordam*, 2.ª ed., Oeiras, Celta Editora.
- COOK, Terry, 1997, «What is Past is Prologue: A History of Archival Ideas Since 1898, and the Future Paradigm Shift», in *Archivaria*, n.º 43, pp. 17-63.
- COOK, Terry, 2001, «Archival science and postmodernism: new formulations for old concepts», in *Archival Science*, vol. 1, pp. 3-24.
- COOK, Terry, SCHWARTZ, Joan M., 2002, «Archives, Records, and Power: From (Postmodern) Theory to (Archival) Performance», in *Archival Science*, vol. 2, pp. 171-185.
- DELEUZE, Gilles, 2005, *Foucault*, Lisboa, Edições 70.
- DERRIDA, Jacques, 1995, «Archive Fever: a Freudian Impression», in *Diacritics*, vol. 25, n.º 2, pp. 9-63.
- DUCHEIN, Michel, 1992, «The History of European Archives and the Development of the Archival Profession in Europe», in *The American Archivist*, vol. 55, n.º 1, pp. 14-25.
- DURANTI, Lucia, 1989, «Diplomatics: New Uses for an old Science», in *Archivaria*, n.º 28, pp. 7-27.
- DURANTI, Lucia, 1989, «The Odyssey of Records Managers», partes I e II, in *Records Management Quarterly*, vol. 23, n.º 3 e 4.
- DURKHEIM, Émile, 1984, *A divisão do Trabalho Social*, vol. I, Porto, Editorial Presença.
- ELIAESON, Sven, 2000, «Max Weber's Methodology: an Ideal-Type», in *Journal of the History of the Behavioral Sciences*, vol. 36, n.º 3, pp. 241-263.
- ELIASSEN, Knut Ove, 2010, «The Archives of Michel Foucault», in RØSSAAK, Eivind, *The Archive in Motion: New Conceptions of the Archive in Contemporary Thought and New Media Practices*, Oslo, Novus Press, pp. 29-51.
- ESKILDSEN, Kasper Risbjerg, 2008, «Leopold Ranke's Archival Turn: Location and Evidence in Modern Historiography», in *Modern Intellectual History*, vol. 5, n.º 3, pp. 435-453.
- FOUCAULT, Michel, 1967, «Des espaces autres. Hétérotopies», disponível em <https://foucault.info/documents/heterotopia/foucault.heteroTopia.fr/>, consultado em 2018-11-31.
- FOUCAULT, Michel, 2014 [1969], *A Arqueologia do Saber*, Lisboa, Edições 70.
- FOUCAULT, Michel (org.), 1997 [1973], *Eu, Pierre Rivière, que degolei a minha Mãe, a minha Irmã e o meu Irmão... Um caso de parricídio no século XIX*, Lisboa, Terramar.

- FOUCAULT, Michel, 1979, «The Life of Infamous Men», in MORRIS, Meaghan, PATTON, Paul, *Michel Foucault: Power, Truth, Strategy*, Sydney, Feral Publications, pp. 76-91.
- FRESHWATER, Helen, 2003, «The Allure of the Archive», in *Poetics Today*, vol. 24, n.º 4, pp. 729-758.
- GEARY, Patrick J., 1994, *Phantoms of Remembrance: Memory and Oblivion at the End of the First Millenium*, Princeton, Princeton University Press.
- HALBWACHS, Maurice, 1968 [1950], *La Mémoire Collective*, Paris, Presses Universitaires de France.
- HALBWACHS, Maurice, 1992, *On Collective Memory*, Chicago and London, The University of Chicago Press.
- HARRIS, Verne, 1997, «Claiming Less, Delivering More: A Critique of Positivist Formulations on Archives in South Africa», in *Archivaria*, n.º 44, pp. 132-141.
- HARRIS, Verne, 2002, «The Archival Sliver: Power, Memory, and Archives in South Africa», in *Archival Science*, vol. 2, pp. 63-86.
- HEAD, Randolph C., 2007, «Mirroring governance: archives, inventories and political knowledge in early modern Switzerland and Europe», in *Archival Science*, vol. 7, pp. 317-329.
- JACOBSEN, Trond, PUNZALAN, Ricardo L., HEDSTROM, Margaret L., 2013, «Invoking 'collective memory': mapping the emergence of a concept in archival science», in *Archival Science*, vol. 13, pp. 217-251.
- KETELAAR, Eric, 1996, «Archival Theory and the Dutch Manual», in *Archivaria*, n.º 41, pp. 31-40.
- KETELAAR, Eric, 1999, «Archivalisation and Archiving», in *Archives and Manuscripts*, vol. 26, n.º 1, pp. 54-61.
- KETELAAR, Eric, 2002, «Archival Temples, Archival Prisons: Modes of Power and Protection», in *Archival Science*, vol. 2, pp. 221-238.
- KETELAAR, Eric, 2007, «Muniments and monuments: the dawn of archives as cultural patrimony», in *Archival Science*, vol. 7, pp. 343-357.
- KURTZ, Matthew, 2006, «A Postcolonial Archive? On the Paradox of Practice in a Northwest Alaska Project», in *Archivaria*, n.º 61, pp. 63-90.
- MARCEL, Jean-Christophe, MUCCHIELLI, Laurent, 2008, «Maurice Halbwachs's mémoire collective», in ERLI, Astrid, NÜNNING, Ansgar (eds.), *Cultural memory studies: an international and interdisciplinary handbook*, Berlin, Walter de Gruyter, pp. 141-149.
- NESMITH, Tom, 1982, «Archives From the Bottom Up: Social History and Archival Scholarship», in *Archivaria*, n.º 14, pp. 5-26.

- NESMITH, Tom, 1999, «Still Fuzzy, But More Accurate: Some Thoughts on the 'Ghosts' of Archival Theory», in *Archivaria*, n.º 47, pp. 136-150.
- NESMITH, Tom, 2002, «Seeing Archives: Postmodernism and the Changing Intellectual Place of Archives», in *The American Archivist*, vol. 65, n.º 1, pp. 24-41.
- NESMITH, Tom, 2004, «What's History Got to Do With It?: Reconsidering the Place of Historical Knowledge in Archival Work», in *Archivaria*, n.º 57, pp. 1-27.
- NESMITH, Tom, 2006, «The concept of societal provenance and records of nineteenth-century Aboriginal-European relations in Western Canada: implications for archival theory and practice», in *Archival Science*, vol. 6, pp. 351-360.
- NEVES, Bruno, FERREIRA, Carla, 2014, «Caracterização da produção científica portuguesa em Ciência da Informação disponibilizada em acesso aberto no e-LiS», in *Cadernos BAD*, n.º 2, pp. 95-98.
- NORA, Pierre, 1989, «Between Memory and History: Les Lieux de Mémoire», in *Representations*, n.º 26, pp. 7-24.
- O'TOOLE, James, 2002, «Cortes's Notary: The Symbolic Power of Records», in *Archival Science*, vol. 2, pp. 45-61.
- OAKES, Guy, 1987, «Max Weber and the Southwest German School: Remarks on the Genesis of the Concept of the Historical Individual», in *Politics, Culture, and Society*, vol. 1, n.º 1, pp. 115-131.
- OLICK, Jeffrey K., 1999, «Collective Memory: The Two Cultures», in *Sociological Theory*, vol. 17, n.º 3, pp. 333-348.
- OLICK, Jeffrey K., 2008, «From Collective Memory to the Sociology of Mnemonic Practices and Products», in ERLI, Astrid, NÜNNING, Ansgar (eds.), *Cultural memory studies: an international and interdisciplinary handbook*, Berlim, Walter de Gruyter, pp. 151-161.
- OLICK, Jeffrey K., ROBBINS, Joyce, 1998, «Social Memory Studies: From 'Collective Memory' to the Historical Sociology of Mnemonic Practices», in *Annual Review of Sociology*, vol. 24, pp. 105-140.
- OSBORNE, Thomas, 1999, «The ordinariness of the archive», in *History of the Human Sciences*, vol. 12, n.º 2, pp. 51-64.
- PEARCE-MOSES, Richard, 2005, *A Glossary of Archival and Records Terminology*, Chicago, The Society of American Archivists.
- RABINOW, Paul, DREYFUS, Hubert, 1995, *Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica*, Rio de Janeiro, Forense Universitária.
- REVEL, Judith, 2017, «L'historiographie chez Foucault et au-delà: une conversation avec Judith Revel sur histoire, liberté et archive(s). Entretien avec Judith Revel par Elisa Lopes da Silva», in *Práticas da História*, n.º 5, pp. 155-181.

- RIBEIRO, Fernanda, 1998, *O Acesso à Informação nos Arquivos*, Dissertação de Doutoramento em Arquivística, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- SCOTT, David, 2008, «Introduction: On the Archaeologies of Black Memory», in *Small Axe*, n.º 26, pp. X-XVI.
- ROSA, Maria de Lurdes, 2017, «Reconstruindo a produção, documentalização e conservação da informação organizacional pré-moderna. Perspetivas teóricas e proposta de percurso de investigação», in *Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra*, vol. 30, pp. 547-586.
- SCHEIN, Richard H., 2006, «Digging in Your Own Backyard», in *Archivaria*, n.º 61, pp. 91-104.
- SCHWARTZ, Joan M., 2006, «'Having New Eyes': Spaces of Archives, Landscapes of Power», in *Archivaria*, n.º 61, pp. 2-25.
- SILVA, Armando Malheiro, et al., 2002, *Arquivística*, Porto, Afrontamento.
- SOARES, Ana, PINTO, Adilson, SILVA, Armando, 2015, «O Paradigma Pós-Custodial na Arquivística», in *Páginas a&b*, série 3, n.º 4, pp. 22-39.
- SPIVAK, Gayatri, «Can the Subaltern Speak?», 1988, in NELSON, Cary, GROSSBERG, Lawrence, (eds.), *Marxism and the Interpretation of Culture*, London, Macmillan, pp. 271-313.
- STEEDMAN, Carolyn, 2001, «Something She Called a Fever: Michelet, Derrida, and Dust», in *The American Historical Review*, vol. 106, n.º 4, pp. 1159-1180.
- STOLER, Ann Laura, 2002, «Colonial Archives and the Arts of Governance», in *Archival Science*, vol. 2, pp. 87-109.
- STOLER, Ann Laura, 2009, *Along the archival grain: epistemic anxieties and colonial common sense*, Princeton and Oxford, Princeton University Press.
- STOLER, Ann Laura, STRASSLER, Karen, 2000, «Castings for the Colonial: Memory Work in 'New Order' Java», in *Comparative Studies in Society and History*, vol. 42, n.º 1, pp. 4-48.
- TROUILLOT, Michel-Rolph, 2015 [1995], *Silencing the Past: power and the production of history*, Boston, Beacon Press.
- WALSHAM, Alexandra, 2016, «The Social History of the Archive: Record-Keeping in Early Modern Europe», in *Past & Present*, vol. 230, Supplement 11, pp. 9-48
- WAREHAM, Evelyn, 2002, «From Explorers to Evangelists: Archivists, Recordkeeping, and Remembering in the Pacific Islands», in *Archival Science*, vol. 2, pp. 187-207.
- WEHNER, Monica, 2010, «Typologies of Memory and Forgetting among the Expatriates of Rabaul», in *The Journal of Pacific History*, vol. 37, n.º 1, pp. 57-73.

YALE, Elizabeth, 2015, «The History of Archives: The State of the Discipline», in *Book History*, vol. 18, pp. 332-359.

ZELIZER, Barbie, 1995, «Reading the Past Against the Grain: The Shape of Memory Studies», in *Critical Studies in Mass Communication*, vol. 12, n.º 2, pp. 214-239.

ZERUBAVEL, Eviatar, 1996, «Social Memories: Steps to a Sociology of the Past», in *Qualitative Sociology*, vol. 19, n.º 3, pp. 283-299.

